UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ISABELA LIMA ALVES

MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: reflexões a partir do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

PONTA GROSSA
2026

ISABELA LIMA ALVES

MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: reflexões a partir do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas.
Orientadora: Profª Drª.Jussara Ayres Bourguignon

PONTA GROSSA

2026

Dedico este trabalho aos meus pais, Alessandra e Aroldo, por todo amor, apoio e incentivo ao longo da minha caminhada. Este trabalho também é fruto de tudo o que vocês fizeram para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar em todos os meus passos, iluminar meu caminho e me dar força para seguir em frente diante de cada desafio.

Agradeço aos meus pais Alessandra e Aroldo, por todo o amor, carinho e apoio que sempre me ofereceram ao longo da minha caminhada. Agradeço por cada palavra de incentivo, por acreditarem em mim mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei, e por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio emocional, compreensão e força para que eu pudesse continuar. Sou imensamente grata por todo o suporte e por nunca me deixarem esquecer que eu era capaz de chegar até aqui. Esta conquista também é de vocês.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Jussara Ayres Bourguignon, por toda a orientação, dedicação e conhecimento compartilhado ao longo da construção deste trabalho. Agradeço por cada ensinamento, pelas contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e por sempre me apoiar e estar presente durante essa caminhada.

Agradeço aos meus amigos Amanda, Bruno, Erika, Isabelle, Kauane e Victor por tornarem minhas manhãs na UEPG mais felizes e especiais. Sou muito grata pela amizade, pela parceria e por todos os momentos compartilhados ao longo dessa caminhada. Obrigada por estarem presentes, pelas conversas, risadas, apoio e por fazerem com que o processo da graduação se tornasse mais leve. Ter vocês ao meu lado tornou essa trajetória muito mais especial.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram e tornaram possível a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento. Em especial, às mulheres que aceitaram participar desta pesquisa e compartilharam comigo suas experiências, vivências e perspectivas. A disponibilidade e a confiança de cada uma foram fundamentais para a construção deste TCC e deram sentido a esta pesquisa. Sou profundamente grata por terem contribuído para que este trabalho pudesse ser realizado.

A fé na vitória tem que ser inabalável
(O Rappa)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelas mães acadêmicas do curso superior de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2026, para a sua permanência no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com mães universitárias, visando compreender suas experiências do cotidiano e seus impactos nessa jornada. As análises foram desenvolvidas a partir do recurso metodológico de análise de conteúdo. A principal conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso é que as dificuldades enfrentadas pelas mães estudantes impactam diretamente sua permanência acadêmica, evidenciando a necessidade de políticas públicas e institucionais voltadas às suas especificidades.Espera-se que os resultados contribuam para a reflexão do papel da universidade em espaços mais inclusivos e acolhedores para as mães universitárias.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Maternidade; Ensino superior; Serviço Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz Curricular Vigente……34
Quadro 2 - Idade das participantes da pesquisa…… 41
Quadro 3 - Quantidade de filhos das participantes da pesquisa……..41
Quadro 4 - Idade dos filhos das participantes da pesquisa……..…….42
Quadro 5 - Motivos da escolha pelo curso de Serviço Social…….……..42
Quadro 6 - Rede de apoio das participantes da pesquisa…….46
Quadro 7 - Dificuldades enfrentadas pelas participantes na conciliação entre maternidade e vida universitária……50
Quadro 8 - Estratégias de enfrentamento adotadas pelas participantes diante das dificuldades de conciliar maternidade e vida acadêmica……...52
Quadro 9 - Acesso das participantes às políticas de permanência estudantil…….57
Quadro 10 - Políticas de Permanência estudantil……..60
Quadro 11 - Sugestões das participantes para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias……..61
Quadro 12 - Considerações finais das participantes da pesquisa……..…….64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
EAD - Ensino a Distância
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVSE - Índice de Vulnerabilidade Social Estudantil
MEC - Ministério da Educação
PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPEPE - Programa de Permanência Parental na Educação
RU - Restaurante Universitário
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ……..…… 10
CAPÍTULO 1 - GÊNERO, DESIGUALDADES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE …… 13
1.1 Concepção histórica de gênero no contexto geral e brasileiro……..... 13
1.2 A construção social da maternidade na contemporaneidade…….. 19
CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E REALIDADE DISCENTE.. 25
2.1 Histórico, concepção e objetivos da formação profissional em Serviço Social ……... 26
2.2 Projeto Ético-Político do Serviço Social e formação profissional …… 30
2.3 A estrutura da formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa …… 32
2.4 Breve perfil estudantil acadêmico de Serviço Social ……..……. 37
CAPÍTULO 3 - AS VIVÊNCIAS DE MÃES ACADÊMICAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA…………. 40
3.1 Percepções e caracterização das participantes da pesquisa…..……..41
CONCLUSÃO…….. 70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……. 74
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada…….. 82
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO……. 84
ANEXO A - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.. 87
ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA……..…. 89
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO……..…….. 94

INTRODUÇÃO

A maternidade no contexto do ensino superior foi escolhida, neste estudo, como objeto de análise, com foco nas dificuldades enfrentadas por mães acadêmicas no cotidiano do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A pesquisa analisou essa realidade sob a ótica das desigualdades de gênero e das condições de permanência no ensino superior, compreendendo que a vivência da maternidade, quando articulada à formação acadêmica, revela múltiplos desafios estruturais e sociais.

A escolha do tema surgiu a partir de observações realizadas no cotidiano universitário, especialmente ao acompanhar a vivência e os desafios enfrentados por colegas de classe que são mães. A partir dessas experiências, surgiu o interesse em compreender de que forma a maternidade impactava a permanência e a trajetória acadêmica dessas mulheres no curso de Serviço Social.

O estudo se justifica pela sua relevância social e profissional, uma vez que o Serviço Social atua diretamente na defesa de direitos e na formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e à promoção da saúde mental. Refletir sobre as condições vividas por mães acadêmicas constitui uma contribuição para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e comprometida com a permanência estudantil.

Apesar da existência da regulamentação da modalidade de ensino à distância (EAD) para os cursos de Serviço Social no Brasil, a presente pesquisa possui como foco a formação presencial desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Essa delimitação ocorre porque a formação presencial possibilita maior vivência das atividades de ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado e participação acadêmica cotidiana, elementos centrais para compreender os desafios enfrentados pelas mães acadêmicas no processo de permanência universitária. Além disso, o debate acerca da qualidade da formação profissional e da defesa do ensino presencial constitui pauta histórica das entidades representativas do Serviço Social, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o conjunto CFESS-CRESS, especialmente diante da expansão do ensino superior à distância no país.

Como objetivo geral, o estudo apresenta “analisar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas mães acadêmicas do curso de Serviço Social da UEPG,

no ano de 2026, em relação à sua permanência no ensino superior". Os objetivos específicos foram: refletir sobre a maternidade a partir das contribuições de autoras contemporâneas; compreender como a questão de gênero se fez presente nas condições da formação profissional das mulheres; verificar os principais fatores que geraram sobrecarga nas mães acadêmicas; apresentar o papel das políticas de permanência e apoio institucional; e identificar, a partir dos relatos das próprias mães acadêmicas, suas experiências e dificuldades no processo de formação profissional.

A pesquisa se classifica como de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. A metodologia[1] foi composta por três etapas principais: uma pesquisa bibliográfica sobre maternidade e desigualdade de gênero no ensino superior; pesquisa documental, com análise de legislações e políticas institucionais da UEPG; e, por fim, o estudo buscou compreender as experiências das mães acadêmicas a partir de uma pesquisa de campo, que foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com mães acadêmicas do curso de Serviço Social da UEPG no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

A análise do material coletado foi desenvolvida por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), composta por três etapas: a pré-análise, correspondente à organização e leitura inicial das entrevistas; a exploração do material, realizada por meio da identificação, classificação e organização das informações em categorias; e o tratamento dos resultados e interpretação, etapa em que os dados foram analisados e relacionados ao referencial teórico. Esse processo possibilitou a sistematização das informações obtidas nas entrevistas e a interpretação dos resultados à luz dos conteúdos apresentados nos capítulos anteriores.

Dessa forma, a análise buscou revelar as principais dificuldades e estratégias adotadas, contribuindo para o entendimento das condições de permanência dessas mulheres no ensino superior.

Os capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso foram organizados de forma a contemplar, inicialmente, a discussão teórica sobre gênero, desigualdades e maternidade, seguida pela abordagem da formação profissional em Serviço Social

[1] Para fins de revisão ortográfica, foram utilizadas as ferramentas de Inteligência Artificial Grammarly e ChatGPT, sem utilização para elaboração do conteúdo, análise dos dados ou substituição da autoria da pesquisadora.

e, posteriormente, pela apresentação e análise dos dados da pesquisa. O primeiro capítulo, intitulado “Gênero, desigualdades e a construção social da maternidade”, apresenta a concepção histórica de gênero no contexto geral e brasileiro e discute o mito do amor materno e a construção social da maternidade na contemporaneidade. O segundo capítulo, “Formação profissional em Serviço Social: fundamentos, organização curricular e realidade discente”, aborda o histórico, a concepção e os objetivos da formação profissional em Serviço Social, o Projeto Ético-Político da profissão, a estrutura da formação no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa e o perfil estudantil dos acadêmicos do curso. O terceiro capítulo, “As vivências de mães acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa”, apresenta a caracterização das participantes e a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com as mães acadêmicas. Por fim, a Conclusão retoma os principais resultados da pesquisa, relacionando-os aos objetivos propostos e às discussões desenvolvidas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1
GÊNERO, DESIGUALDADES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

O presente capítulo tem como objetivo analisar a construção histórica e social das relações de gênero, com ênfase nas desigualdades que estruturam a vida das mulheres na sociedade brasileira, bem como compreender a maternidade para além de uma perspectiva naturalizada, considerando suas expressões na contemporaneidade. Para o desenvolvimento dessas reflexões parte-se da concepção de gênero como categoria analítica, conforme Joan Scott (1995), articulando-se às contribuições de Heleieth Saffioti (2004) sobre patriarcado, de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e de Kimberlé Crenshaw (1989) acerca da interseccionalidade, além das reflexões de Elisabeth Badinter (1985), Lucila Scavone (2001; 2004) e Silvana Maria Bitencourt (2013; 2017; 2019) sobre a construção social da maternidade. Ainda, comunica-se com Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), no que se refere à divisão sexual do trabalho e à centralidade do cuidado nas desigualdades de gênero, bem como com Simone de Beauvoir (1977), ao compreender o feminino como construção social.

O capítulo está organizado em dois momentos principais: inicialmente, aborda-se a concepção histórica de gênero no contexto geral e brasileiro, destacando o patriarcado e as desigualdades estruturais articuladas a raça e classe; em seguida, discute-se a construção social da maternidade na contemporaneidade, problematizando o mito do amor materno e avançando para a análise das relações entre maternidade e equidade de gênero, especialmente no que se refere à divisão do trabalho de cuidado, às desigualdades no acesso a direitos e aos desafios enfrentados por mulheres em espaços como a universidade.

1.1 Concepção histórica de gênero no contexto geral e brasileiro

Para compreender o conceito de gênero, é necessário reconhecê-lo como uma construção social e histórica, resultante a partir das relações estabelecidas em cada contexto específico. No cenário brasileiro, essa construção não pode ser vista de maneira isolada, visto que está profundamente vinculada aos processos históricos que marcaram a formação da sociedade, como a escravidão, a colonização e a consolidação de estruturas sociais de forma desigual.

Dessa forma, falar de gênero sem considerar as particularidades da história do país não é possível, pois são essas particularidades que moldam os papéis que são atribuídos a homens e mulheres. As relações de poder desempenham um papel essencial na definição do que é esperado para homens e mulheres, influenciando a forma de se comportar, quais são suas funções e quais lugares ocupam na sociedade.

Nessa perspectiva, a ideia de gênero não se limita apenas às diferenças físicas entre homens e mulheres. Conforme discutido na literatura, o gênero deve ser compreendido como uma construção social e histórica, que organiza papéis, identidades e relações na sociedade. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar as diferentes experiências que compõem o universo feminino, incluindo mulheres cis e mulheres trans. A mulher cisgênero é aquela cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento, enquanto a mulher transgênero se identifica como mulher, ainda que tenha sido designada como do sexo masculino ao nascer. Neste trabalho, o objeto de estudo abrange tanto mulheres cis quanto mulheres trans, reconhecendo que ambas estão inseridas nas relações de gênero, embora vivenciem desigualdades específicas, atravessadas por marcadores sociais distintos. (Scott, 1995; Butler, 2003)

O gênero é visto como algo criado pela sociedade, que ajuda a organizar como homens e mulheres interagem entre si. De acordo com Joan Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise, pois permite compreender as relações de poder que estruturam a sociedade. Assim, as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas construídas historicamente e sustentadas por estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades.

No contexto brasileiro, as relações entre as pessoas têm características muito próprias, marcadas por uma sociedade desigual. A forma como o Brasil foi colonizado[2] e a escravidão contribuíram para a criação de uma sociedade com diversas hierarquias, onde as diferenças de classe e raça estão atreladas às

---

[2] A colonização europeia no Brasil foi marcada pela exploração econômica, pela escravização de povos africanos e indígenas e pela imposição de estruturas sociais desiguais. Esse processo consolidou relações de dominação de classe, raça e gênero, que, conforme analisa Gonzalez (1984), permanecem presentes na formação da sociedade brasileira.

diferenças de gênero. Nesse cenário, as mulheres historicamente foram consideradas inferiores, associadas ao âmbito doméstico, responsáveis pelo cuidado da casa e da família, enquanto os homens dominavam os espaços públicos, usufruindo de posição superior e maior poder. Essa separação entre os sexos perdura até os dias atuais, influenciando a maneira como as pessoas vivem e atuam profissionalmente. A divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade na sociedade brasileira contemporânea. (Hirata; Kergoat, 2007).

O patriarcado constitui um elemento central para a compreensão das desigualdades de gênero, sendo entendido como um sistema histórico e social de dominação que privilegia os homens em prejuízo das mulheres. Conforme aponta Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado não se restringe a relações individuais ou familiares, mas também estrutura profundamente a organização da sociedade, influenciando valores, normas e práticas que sustentam a desigualdade de gênero. Trata-se de um sistema que se reproduz por meio de instituições sociais como estado, mercado de trabalho, cultura e família, naturalizando hierarquias e legitimando a subordinação feminina. Nesse sentido, o patriarcado não apenas sustenta desigualdades, mas também define e naturaliza os papéis sociais atribuídos às mulheres, associando-as historicamente ao espaço doméstico, ao cuidado e à reprodução, enquanto reserva aos homens os espaços de poder, decisão e visibilidade social.

Sob essa ótica, o patriarcado atua de forma material e simbólica. No plano material, ele se manifesta nas desigualdades de acesso a recursos, além da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado atribuído às mulheres. Já no plano simbólico, opera por meio de discursos, representações sociais e crenças que reforçam estereótipos de gênero, como a ideia de que mulheres são mais frágeis, destinadas ao espaço privado e emotivas, enquanto homens são poderosos, devem ocupar o espaço público e são mais racionais. (Saffioti, 2004).

O patriarcado se articula com outros indicadores sociais, como raça e sexualidade, produzindo diferentes formas de opressão. Como exemplo, podemos considerar as desigualdades vivenciadas por mulheres trans, que, além de enfrentarem processos de exclusão e violência, também sofrem transfobia

estrutural.[3] Esse exemplo evidencia que o patriarcado não atua de maneira homogênea, mas afeta os sujeitos de formas diferentes, de acordo com suas posições sociais. (Crenshaw, 1989)

O patriarcado também se perpetua por meio de mecanismos institucionais e culturais que muitas vezes não são percebidos como formas de dominação. A desvalorização do trabalho feminino, a violência de gênero, o controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, bem como a falta de representação feminina em espaços de poder são expressões concretas desse sistema patriarcal. Dessa forma, o patriarcado limita a autonomia e o pleno exercício de direitos por parte das mulheres, além de organizar as relações sociais. (Saffioti, 2004)

É importante compreender o patriarcado para analisar as desigualdades de gênero, pois ele constitui a base estrutural que sustenta a hierarquização entre homens e mulheres. Conforme destaca Saffioti (2004), o sistema patriarcal é dinâmico, se transforma ao longo do tempo e mantém sua essência na reprodução de relações desiguais de poder.

A interseccionalidade é fundamental para compreender a desigualdade de gênero de forma mais ampla e realista, pois evidencia que “ser mulher” não é uma experiência homogênea. A desigualdade de gênero, quando analisada apenas de forma geral, tende a invisibilizar as diferenças internas entre as próprias mulheres, desconsiderando que fatores importantes como raça, classe social, identidade de gênero e outras dimensões produzem vivências distintas de opressão. Nesse sentido, a interseccionalidade permite entender que as desigualdades são construídas a partir da sobreposição de múltiplos marcadores sociais, que atuam de maneira simultânea e interdependente. Essa perspectiva torna-se especialmente relevante ao evidenciar a condição das mulheres negras, cujas demandas historicamente não são plenamente reconhecidas nas políticas públicas e nos sistemas de justiça, justamente por estarem situadas na intersecção entre racismo e sexismo (Crenshaw, 1989; Collins; Bilge, 2021).

A análise interseccional da desigualdade de gênero não se limita à compreensão das opressões vivenciadas por um único grupo de mulheres, mas busca abranger a diversidade de experiências que compõem o universo feminino

[3] Refere-se à discriminação contra pessoas trans que se manifesta e se reproduz nas estruturas, instituições e práticas da sociedade, contribuindo para a manutenção de desigualdades e para a dificuldade de acesso a direitos e oportunidades.

em sua totalidade. Mulheres negras, mulheres brancas, mulheres trans e mulheres inseridas em diferentes posições de classe social vivenciam o patriarcado de maneiras diferentes, embora estejam inseridas em uma mesma estrutura de dominação. Ou seja, embora todas estejam submetidas a relações desiguais de poder baseadas no gênero, as condições de vida e as possibilidades de acesso a direitos e oportunidades variam significativamente. Nesse contexto, mulheres negras e mulheres em situação de pobreza tendem a enfrentar formas mais intensas de exclusão social, precarização do trabalho e maior exposição a violências, em razão da articulação entre racismo, desigualdade econômica e sexismo. Por outro lado, mulheres brancas, especialmente aquelas pertencentes às classes médias e altas, embora também sejam afetadas pelas desigualdades de gênero, ocupam posições de maior privilégio relativo, tendo maior acesso à educação, ao mercado de trabalho formal e a espaços de poder e decisão. Ainda, mulheres trans enfrentam barreiras específicas relacionadas à identidade de gênero, evidenciando a complexidade das desigualdades que atravessam o gênero. (Crenshaw, 1989; Collins; Bilge, 2021)

Assim, a interseccionalidade permite compreender que não existe uma experiência única e universal de ser mulher, mas múltiplas formas de vivenciar a desigualdade, determinadas pela articulação entre gênero, raça, classe e outras dimensões sociais. Essa perspectiva amplia o olhar sobre a desigualdade de gênero e evidencia as limitações de análises que consideram apenas um único eixo de opressão, desconsiderando a sobreposição de diferentes marcadores sociais. É justamente a partir dessa crítica que se torna possível compreender as contribuições teóricas que problematizam essas abordagens reducionistas, como aquelas desenvolvidas por Kimberlé Crenshaw (1989), ao evidenciar a insuficiência de análises que tratam raça e gênero de forma separada.

Em seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics,* Kimberlé Crenshaw *(1989)* critica a chamada “análise de eixo único”, que considera raça e gênero como categorias separadas, o que invisibiliza a experiência de mulheres negras, cuja vivência não é plenamente compreendida com apenas uma dessas dimensões.

Kimberlé Crenshaw (1989) destaca que, ao analisar a desigualdade apenas sob a ótica de gênero, apenas as vivências de mulheres brancas são levadas em

conta. Essa limitação traz à tona a necessidade de uma abordagem que reconheça a complexidade das relações sociais na sociedade, além das múltiplas determinações que estruturam as desigualdades.

Nesse momento, propõe-se que a interseccionalidade é uma ferramenta de análise que leva em consideração a sobreposição de opressões. Crenshaw (1989) traz uma metáfora interessante para ilustrar:

> Considere uma analogia com o tráfego em um cruzamento, com fluxos em todas as direções. A discriminação, assim como o trânsito em um cruzamento, pode fluir em uma direção ou em outra. Se um acidente ocorre nesse cruzamento, ele pode ser causado por veículos vindos de diversas direções e, às vezes, de todas elas. De modo semelhante, se uma mulher negra é prejudicada por estar nesse cruzamento, seu dano pode resultar da discriminação de gênero ou da discriminação racial. (Crenshaw, 1989, p. 149, tradução nossa).

A discriminação pode ocorrer de eixos diferentes e atinge de maneira particular os que estão nesse ponto de interseção. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a interseccionalidade não se restringe apenas ao campo teórico, mas se manifesta de forma concreta nas condições de vida das mulheres negras no Brasil. Dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) destacam que, embora mulheres negras representem o maior grupo populacional feminino no Brasil, elas também representam a classe mais afetada pela sobreposição de desigualdade de raça e gênero. Indicadores sociais demonstram que essas mulheres enfrentam maiores dificuldades no acesso à saúde, educação e condições dignas e básicas de vida. (Fundação Oswaldo Cruz, 2025; IBGE, 2023)

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no campo da saúde, verifica-se que a mortalidade materna atinge de forma desproporcional mulheres negras, sendo que, em 2022, cerca de 68% das mortes relacionadas à gestação ou parto ocorreram entre mulheres pretas ou pardas, além de também apresentarem maior risco de sofrer violência obstétrica. No âmbito da educação, a taxa de analfabetismo entre mulheres negras é mais do que o dobro em relação a mulheres brancas, assim como é significativamente menor o percentual de mulheres negras que concluem o ensino superior. No que se refere a violência, os dados indicam que as vítimas de feminicídio no Brasil são majoritariamente mulheres negras, representando cerca de 63,6% dos casos registrados no ano de 2023, o que evidencia que esse grupo sofre maior exposição em situações de violência e violação de direitos. (Fundação Oswaldo Cruz, 2025; IBGE, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023)

Esses indicadores reforçam que as desigualdades de gênero, atreladas a raça e à classe, produzem condições de vida marcadas por múltiplas vulnerabilidades, atingindo de maneira mais expressiva as mulheres negras no contexto brasileiro.

A partir do cenário de desigualdades estruturais, se torna evidente que as experiências vivenciadas pelas mulheres não são iguais, pois são marcadas pela união entre gênero, classe e raça. A maternidade também se configura com um aspecto social que é atravessado por essas determinações, não podendo ser compreendida de forma isolada ou igualitária. É importante analisar a maternidade como uma construção social e histórica que é profundamente influenciada pelas relações de gênero, classe e raça.

Entender a maternidade sob uma perspectiva interseccional permite destacar que essa vivência não é universal, mas fortemente influenciada por desigualdades estruturais que afetam a vida das mulheres. A maternidade deve ser vista como um fenômeno histórico e social, condicionado por relações de poder e sociais. Isso reforça a importância de expandir a discussão sobre gênero além de visões homogêneas.

1.2 A construção social da maternidade na contemporaneidade

Diante dos desafios enfrentados pela vivência da maternidade na atualidade, torna-se fundamental compreender esse fenômeno além de uma perspectiva individual, biológica ou naturalizada. Os desafios enfrentados pelas mulheres, principalmente quando conciliam a maternidade com outros aspectos sociais, como a formação acadêmica e a inserção profissional, não devem ser ignorados ou analisados de forma isolada. Pelo contrário, elas estão diretamente relacionadas às construções históricas e sociais que definiram o que se espera de uma mulher quando se torna mãe. Nesse sentido, as reflexões da autora Elisabeth Badinter (1985) oferecem uma importante contribuição teórica, pois questionam a naturalização da maternidade e problematizam a ideia de que o amor materno é um sentimento instintivo, universal e próprio à condição feminina.

Em sua obra “Um amor conquistado: O mito do amor materno” (1985), Elisabeth Badinter desenvolve uma análise histórica que busca demonstrar que aquilo que hoje é compreendido como instinto materno não possui um caráter natural, mas sim histórico e socialmente construído. Ela parte de uma investigação

através de diferentes períodos da história, evidenciando que as formas de vivenciar a maternidade variaram durante o tempo. Essa investigação é importante, pois rompe com a ideia de que a maternidade sempre foi vivida da mesma maneira e permite compreender que os sentimentos e as práticas a ela associados são moldados pelas condições sociais de cada época.

> O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história. (Badinter, 1985, p. 2)

A partir dessa reflexão de Badinter (1985), torna-se possível compreender que o que é hoje compreendido como natural é na verdade uma construção histórica e social. O exemplo das amas de leite evidencia que o vínculo entre mãe e filho nem sempre foi concebido como uma relação baseada na presença constante e no cuidado direto, como se espera na atualidade. Dessa forma, a maternidade passa a ser compreendida como uma prática social historicamente situada, e não como uma condição fixa, universal ou biologicamente determinada.

Isso evidencia que não há um único modelo de maternidade. Ao contrário, diferentes formas de exercer o cuidado e de estabelecer vínculos afetivos foram socialmente construídas em distintos períodos históricos. Dessa forma, a maternidade deixa de ser compreendida como um destino natural das mulheres e passa a ser analisada como uma construção atravessada por valores culturais, normas sociais e relações de poder.

As expectativas atribuídas a mulheres em relação à maternidade são historicamente intrínsecas. A partir disso surge o conceito de "boa mãe”, que é compreendido como a mulher que se dedica à maternidade de forma integral, abnegando seus próprios desejos a fim de expressar amor incondicional e dedicação por seus filhos na maior parte do tempo. Esse conceito é amplamente propagado nas redes sociais, religiões e no ambiente familiar. É esperado dessas instituições que a maternidade seja o ápice da vida da mulher, como uma realização pessoal, não levando em consideração a série de dificuldades, contradições e desafios que fazem parte dessa vivência (Badinter, 1985).

A expectativa de que uma mulher dedique 100% de seu tempo e energia à criação dos filhos entra em conflito com outras dimensões da vida feminina, como a formação acadêmica, a inserção no mercado de trabalho e a busca por autonomia. Mães que optam por uma formação acadêmica frequentemente são alvo de julgamentos sociais que questionam sua capacidade de conciliar esses papéis, reforçando a ideia de que a maternidade deve ser vivida de forma exclusiva e sacrificante. O julgamento direcionado às mães estudantes revela não apenas preconceitos individuais, mas um mecanismo mais amplo de controle social que limita suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, dificultando sua permanência e ascensão no ensino superior (Badinter, 1985).

A permanência de padrões tradicionais de gênero que associam o feminino ao cuidado e à abnegação contribui para a manutenção dessas desigualdades mesmo em contextos que em tese representam avanços como o ensino superior.

O sucesso acadêmico, muitas vezes, é interpretado socialmente como um egoísmo por parte da mãe estudante, enquanto o fracasso ou a desistência do curso são vistos como uma restituição da ordem natural, como se o abandono da carreira fosse um retorno inevitável ao seu destino biológico. O padrão de gênero, portanto, não apenas desestimula a permanência dessas mulheres na universidade, mas também as coloca em um estado de vigilância constante sobre sua própria conduta (Silva, 2014).

É nesse contexto que a culpa se torna uma ferramenta de controle social extremamente eficaz. Como o conceito de "boa mãe" exige dedicação integral, qualquer minuto investido em estudos ou em desenvolvimento pessoal é contabilizado, pelo julgamento alheio e pela própria internalização da mulher, como um tempo subtraído do filho. A culpa é o resultado da pressão de um sistema que cobra da mulher a performance impecável de dois papéis: o de uma estudante que deve ser produtiva e competitiva e o de uma mãe que deve ser abnegada e onipresente (Bitencourt; Andrade, 2022).

Concluir que a maternidade é uma construção histórica conforme propõe Badinter (1985) é o primeiro passo para romper esse ciclo de desigualdades. Se o amor e o cuidado não são instintos biológicos inalteráveis, mas práticas culturais e sociais, é possível ressignificar a maternidade para além da abnegação.

Para que a permanência no ensino superior de mães acadêmicas seja efetiva, é necessário que a sociedade deixe de compreender o cuidado como uma

responsabilidade individual da mulher, passando a reconhecê-lo como uma responsabilidade coletiva. A desconstrução do discurso da “boa mãe” e o enfrentamento da culpabilização feminina são fundamentais para que a maternidade não se configure como um obstáculo à autonomia das mulheres, mas como uma das múltiplas dimensões possíveis de suas trajetórias, sem que isso implique a exclusão dos espaços de produção de conhecimento, como a universidade.

Nesse sentido, ao avançar na análise da maternidade na contemporaneidade, torna-se fundamental compreendê-la a partir da perspectiva da equidade de gênero. Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas, como a ampliação do acesso das mulheres à educação superior e ao mercado de trabalho, a responsabilidade pelo cuidado ainda recai majoritariamente sobre elas. Conforme aponta Lucila Scavone (2001; 2004), a maternidade deve ser entendida como uma construção social atravessada por relações de poder, na qual o cuidado é historicamente atribuído às mulheres, contribuindo para a manutenção de desigualdades estruturais. Dessa forma, não se pode analisá-la de maneira isolada, sendo necessário articulá-la às condições sociais que moldam sua vivência.

Essa discussão se articula com as contribuições de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), que evidenciam a permanência da divisão sexual do trabalho como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero, especialmente no que se refere ao trabalho de cuidado. Mesmo diante da inserção feminina em diferentes espaços sociais, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos, o que resulta em sobrecarga e impacta diretamente suas trajetórias profissionais e acadêmicas.

No contexto universitário, essas desigualdades se tornam ainda mais evidentes. De acordo com Silvana Maria Bitencourt (2013; 2017; 2019), a maternidade impõe desafios específicos à permanência e ao desenvolvimento das mulheres na universidade, uma vez que as exigências de produtividade acadêmica desconsideram, em grande medida, as demandas relacionadas ao cuidado. Nesse cenário, mães acadêmicas enfrentam não apenas limitações materiais, como a ausência de políticas institucionais de apoio, mas também pressões simbólicas que reforçam a ideia de que a maternidade deve ser priorizada em detrimento da formação e da carreira.

Dessa forma, pensar a maternidade na contemporaneidade implica romper com sua naturalização enquanto responsabilidade exclusivamente feminina, reconhecendo o cuidado como uma questão social e coletiva.Como já indicava Simone de Beauvoir (1977, v. 2, p. 9), “não se nasce mulher, torna-se”, o que reforça que tanto os papéis de gênero quanto a própria maternidade são construções sociais. Assim, a construção de uma concepção contemporânea de maternidade está diretamente vinculada à promoção da equidade de gênero, exigindo a redistribuição do trabalho de cuidado entre Estado, família e sociedade, de modo a possibilitar condições mais justas para o exercício da autonomia feminina.

Nesse sentido, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada evidenciam que, no Brasil, as mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado do que os homens. Em média, as mulheres realizam cerca de 21 horas semanais dessas atividades, enquanto os homens dedicam aproximadamente 11 horas, o que representa uma diferença de quase 10 horas semanais. Essa sobrecarga impacta diretamente suas possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho, além de limitar o acesso a melhores condições de renda, autonomia e qualidade de vida (Pinheiro et al., 2023).

Além disso, essa desigualdade se intensifica entre mulheres em situação de pobreza, que chegam a dedicar mais de 25 horas semanais ao trabalho de cuidado, evidenciando a articulação entre gênero e classe social na distribuição dessas responsabilidades (Pinheiro et al., 2023).

Diante das discussões apresentadas ao longo deste capítulo, foi possível compreender que as relações de gênero produzem desigualdades que atravessam a vivência das mulheres em diferentes espaços sociais, incluindo o ensino superior. A maternidade, nesse contexto, revela-se como uma construção social marcada pela naturalização do cuidado como responsabilidade feminina, o que contribui para a sobrecarga e para a limitação das condições de permanência das mulheres na universidade.

A partir dessas reflexões, o segundo capítulo buscará situar a formação profissional em Serviço Social, situando inicialmente a concepção de formação

profissional da área, assim como a organização do curso a partir de seu projeto político-pedagógico e perfil profissional construído historicamente pela profissão. Em seguida, será realizada uma análise específica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, abordando seu projeto político-pedagógico e o perfil dos estudantes, com ênfase na identificação dos principais fatores que geram sobrecarga nas mães acadêmicas no contexto da formação profissional.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E REALIDADE DISCENTE

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar a formação profissional em Serviço Social, compreendendo sua construção histórica, seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, bem como as transformações que marcaram a profissão ao longo de sua trajetória. Para o desenvolvimento dessas reflexões, parte-se da análise do processo de renovação do Serviço Social e do Movimento de Reconceituação, destacando a ruptura com perspectivas conservadoras e a aproximação da profissão com a teoria social crítica, conforme as contribuições de José Paulo Netto (1999; 2011) e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso (2016). Articulam-se ainda as contribuições de Marilda Villela Iamamoto (2015; 2017), especialmente acerca da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, das expressões da questão social e dos impactos das transformações societárias sobre a formação profissional. Nesse debate, incorporam-se as reflexões de Yolanda Guerra (2014) sobre a instrumentalidade e a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como de Maria Carmelita Yazbek (2009) sobre a compreensão da questão social e das condições de vida da população usuária das políticas sociais. No âmbito ético-político, são consideradas as contribuições de Maria Lúcia Barroco (2008) acerca da ética, da liberdade, das escolhas conscientes e da emancipação humana, articuladas aos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

O capítulo também aborda o Projeto Ético-Político do Serviço Social, compreendido como expressão dos princípios e valores que orientam a formação e o exercício profissional, especialmente no que se refere à defesa dos direitos sociais, da democracia, da liberdade, da equidade e dos direitos humanos. A partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), discute-se a formação profissional como um processo que articula ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado e produção de conhecimento, buscando superar uma perspectiva meramente técnica e favorecer uma leitura crítica da realidade social. Em seguida, apresenta-se

a estrutura da formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, considerando sua trajetória histórica, a organização curricular, os núcleos de fundamentação, as disciplinas, a curricularização da extensão, o estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como referência o Projeto Pedagógico do Curso da UEPG (2022) e as contribuições de Krainski (2001) sobre a constituição histórica do curso. Por fim, o capítulo discute o perfil estudantil dos acadêmicos de Serviço Social, destacando a predominância feminina no curso e na profissão, relacionando essa característica às contribuições de Hirata e Kergoat (2007) sobre a divisão sexual do trabalho e a histórica associação das mulheres às atividades de cuidado e reprodução social. A partir dessa contextualização, busca-se compreender as particularidades da formação acadêmica e as condições que atravessam as trajetórias dos estudantes, especialmente das mulheres que vivenciam a maternidade durante a graduação.

2.1 Histórico, concepção e objetivos da formação profissional em Serviço Social

A construção da atual formação profissional em Serviço Social resulta de um longo processo histórico marcado por disputas teóricas, políticas e metodológicas no interior da profissão. Desde sua origem no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, o Serviço Social esteve vinculado a práticas conservadoras, influenciadas pela doutrina social da Igreja Católica e por perspectivas moralizantes voltadas ao ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente. Nesse período, a formação profissional possuía caráter tradicional e assistencialista, centrado na prática técnica e na intervenção individualizada junto às populações pobres, sem uma análise crítica das determinações sociais da desigualdade (Netto, 2011).

A partir da década de 1960, especialmente no contexto latino-americano, iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, considerado um importante marco na renovação crítica da profissão. Conforme destaca Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, esse movimento representou o início de um processo de ruptura com o conservadorismo profissional, possibilitando a aproximação do Serviço Social com perspectivas críticas e com os debates acerca das desigualdades sociais e da luta de classes (Cardoso, 2016). Embora marcado por diferentes tendências teóricas e políticas, o Movimento de Reconceituação

contribuiu para questionar práticas tradicionais e fortalecer o debate sobre o papel social da profissão.

Durante as décadas de 1970 e 1980, em meio ao contexto da ditadura militar brasileira e das lutas pela redemocratização do país, o Serviço Social brasileiro aprofundou sua aproximação com a teoria social crítica marxista. Nesse período, intensificaram-se os debates sobre a questão social, a relação entre Estado e políticas sociais, a condição do Assistente Social como trabalhador assalariado e a necessidade de construção de um novo projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Conforme aponta José Paulo Netto, esse processo foi fundamental para consolidar uma direção crítica no interior da profissão, vinculada à defesa dos direitos sociais e à construção de uma nova sociabilidade (Netto, 1999).

Na década de 1980, a profissão passou por importantes reformulações éticas e políticas. Em 1986, foi aprovado um novo Código de Ética Profissional, posteriormente reformulado em 1993, consolidando princípios como liberdade, democracia, justiça social, defesa dos direitos humanos e compromisso com a classe trabalhadora. Paralelamente, intensificaram-se os debates sobre a necessidade de reformulação da formação profissional em Serviço Social, buscando superar modelos tecnicistas e fragmentados de ensino ainda presentes nos currículos universitários (Cardoso, 2016).

As transformações iniciadas na década de 1980 contribuíram para importantes avanços na organização política e profissional da categoria. Nesse contexto, a década de 1990 foi marcada pela consolidação de instrumentos fundamentais para o Serviço Social brasileiro. Entre eles destaca-se a promulgação da Lei nº 8.662, de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, define suas competências e atribuições privativas e fortalece o reconhecimento legal da profissão no país (Brasil, 1993). A regulamentação profissional, articulada ao novo Código de Ética de 1993, constituiu um importante marco na consolidação do projeto profissional crítico construído pela categoria.

A década de 1990 representa um marco decisivo para a consolidação da atual proposta de formação profissional do Serviço Social brasileiro. Em 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) elaborou as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, propondo uma formação crítica, generalista e fundamentada na teoria social crítica. As Diretrizes Curriculares

da ABEPSS romperam com perspectivas conservadoras e tecnicistas de formação, defendendo a articulação entre teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, além da compreensão da questão social como objeto central de intervenção profissional (ABEPSS, 1996).

Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 6), a formação profissional deve assegurar “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”, articulando dimensões investigativas e interventivas no processo formativo (ABEPSS, 1996). A partir dessas diretrizes, os currículos passaram a estruturar-se em núcleos de fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Essa organização curricular buscou garantir uma formação crítica, ética e comprometida com a análise das desigualdades sociais e das expressões da questão social.

Em 2001, o Ministério da Educação (MEC) incorporou parte dessas diretrizes na regulamentação nacional dos cursos de Serviço Social, contribuindo para consolidar parâmetros mínimos para a formação profissional em âmbito nacional. Nesse contexto, as universidades brasileiras passaram a reformular seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), adequando-os às exigências das Diretrizes Curriculares e aos princípios do Projeto Ético-Político da profissão (Brasil, 2001; Brasil, 2002).

Entretanto, conforme analisa Marilda Villela Iamamoto (2017), as transformações ocorridas a partir dos anos 1990 também foram marcadas pelo avanço das políticas neoliberais, pela expansão do ensino superior privado e pelo crescimento acelerado da modalidade de ensino à distância (EAD), fatores que passaram a impactar diretamente a qualidade da formação profissional . A autora destaca que a mercantilização da educação superior compromete a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer o aligeiramento da formação acadêmica e o enfraquecimento da dimensão crítica do processo formativo.

Nas décadas de 2000 e 2010, intensificaram-se os debates em defesa da qualidade da formação profissional e da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. O conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO passaram a fortalecer ações em defesa da supervisão de estágio, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da formação presencial de qualidade. Nesse período,

também se ampliaram as discussões sobre os desafios contemporâneos da profissão, como precarização do trabalho, avanço do conservadorismo, desmonte das políticas públicas e aprofundamento das desigualdades sociais (Iamamoto, 2017).

A formação profissional em Serviço Social constitui um processo teórico, ético e político voltado à capacitação de profissionais capazes de compreender e intervir nas múltiplas expressões da questão social presentes na sociedade capitalista. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a formação do Assistente Social deve estar fundamentada em uma perspectiva crítica da realidade social, possibilitando ao discente apreender os processos históricos, econômicos, políticos e sociais que estruturam as desigualdades sociais no Brasil. Dessa forma, a formação profissional ultrapassa uma perspectiva técnica, sendo orientada pela construção de competências analíticas e interventivas comprometidas com a transformação social e a garantia de direitos. Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 6), a formação profissional em Serviço Social deve assegurar “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”, articulando dimensões investigativas e interventivas no processo formativo (ABEPSS, 1996).

O objetivo da formação em Serviço Social é preparar profissionais capazes de lidar de forma crítica diante das demandas apresentadas pelos espaços sócio-ocupacionais. O processo de formação busca desenvolver competências relacionadas à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, ao trabalho interdisciplinar, à pesquisa social e à mediação das expressões da questão social. A formação profissional encontra-se vinculada aos princípios presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social e no Código de Ética do/a Assistente Social, que defendem valores como a liberdade, a justiça social, a democracia, a equidade e a defesa intransigente dos direitos humanos (CFESS, 1993; Netto, 1999).

De acordo com Marilda Villela Iamamoto (Iamamoto, 2015), o Serviço Social deve ser compreendido a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, atuando diretamente nas múltiplas expressões da questão social produzidas pelas desigualdades e contradições presentes na sociedade capitalista. Para Iamamoto (2015), o/a futuro Assistente Social deve ter uma leitura crítica da realidade, a fim de compreender as mediações sociais que atravessam o cotidiano

profissional. Sob a mesma perspectiva, José Paulo Netto (1999) destaca que o atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro está fundamentado em uma perspectiva crítica vinculada à defesa dos direitos da classe trabalhadora e à construção de uma sociabilidade emancipada (Netto, 1999).

Como enfatiza Yolanda Guerra (2014), a atuação do/da Assistente Social não se resume ao uso de instrumentais técnico-operativos. Guerra (2014) exige a articulação constante de três dimensões fundamentais: técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico. Essa competência técnica, aliada ao posicionamento crítico, é o que impede que o/a Assistente Social seja um mero executor de tarefas burocráticas.

Maria Carmelita Yazbek (2009) ressalta que a formação profissional deve possibilitar ao estudante compreender a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social, considerando as condições de vida da população usuária das políticas sociais e os impactos das transformações societárias sobre o exercício profissional.

Dessa maneira, a formação em Serviço Social busca constituir um profissional crítico, investigativo e comprometido ética e politicamente com a defesa dos direitos sociais e com o enfrentamento das desigualdades sociais.

2.2 Projeto Ético-Político do Serviço Social e formação profissional

O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui o conjunto de princípios, valores e direcionamentos que orientam a atuação e a formação profissional do Assistente Social na contemporaneidade. Consolidado principalmente a partir do movimento de renovação crítica da profissão, esse projeto expressa o compromisso do Serviço Social com a defesa da democracia, dos direitos humanos, da justiça social, da cidadania e da emancipação humana. Dessa forma, o Serviço Social assume posicionamento crítico diante das desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista, buscando fortalecer a garantia de direitos e a ampliação da participação social dos sujeitos (Netto, 1999).

De acordo com José Paulo Netto (1999), o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro encontra-se vinculado à construção de uma nova ordem societária, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a superação das desigualdades sociais (Netto, 1999). Nessa perspectiva, a profissão compreende a questão social como resultado das contradições presentes na sociedade capitalista,

atuando diretamente junto às demandas e necessidades da população em situação de vulnerabilidade social. Assim, o Serviço Social direciona sua atuação para a defesa dos direitos sociais e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção social.

Os princípios do Projeto Ético-Político também estão presentes no Código de Ética do/a Assistente Social, que estabelece valores fundamentais como a liberdade, a equidade, a defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com a democracia e a cidadania (CFESS, 1993). Nesse sentido, a profissão posiciona-se contrária a todas as formas de preconceito, discriminação, violência e violação de direitos, defendendo o respeito à diversidade e à dignidade humana. Dessa maneira, a atuação profissional do Assistente Social ultrapassa práticas meramente burocráticas e imediatistas, exigindo análise crítica da realidade social e compromisso ético-político com os sujeitos atendidos.

A dimensão ética presente no Serviço Social pode ser compreendida para além de normas morais ou regras profissionais, relacionando-se à capacidade de agir conscientemente diante da realidade social. Conforme destaca Maria Lúcia Barroco (2008), a ética faz parte da práxis humana e está vinculada às escolhas conscientes dos sujeitos, orientadas por valores e projetos coletivos voltados à liberdade e à emancipação humana . Para a autora, a ética possibilita a crítica às desigualdades e às formas de alienação presentes na sociedade capitalista, contribuindo para a construção de ações profissionais comprometidas com a transformação social (Barroco, 2008).

Ainda segundo Maria Lúcia Barroco (2008), a ação ética relaciona-se à capacidade humana de realizar escolhas conscientes e intervir na realidade social de acordo com princípios e valores emancipatórios . Nessa perspectiva, a ética profissional encontra-se diretamente articulada ao compromisso coletivo, à defesa da liberdade e à construção de uma sociabilidade mais justa e igualitária. Assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social busca fortalecer práticas profissionais comprometidas com a garantia de direitos e com o enfrentamento das expressões da questão social.

Nesse contexto, a formação profissional em Serviço Social possui papel fundamental na consolidação dos princípios ético-políticos da profissão. A formação acadêmica deve preparar profissionais críticos, investigativos e comprometidos socialmente, capazes de compreender as mediações históricas, econômicas,

políticas e sociais que atravessam o cotidiano profissional. Dessa forma, o processo formativo busca articular ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, contribuindo para a construção de Assistentes Sociais qualificados para atuar de maneira ética, crítica e comprometida com a transformação da realidade social (ABEPSS, 1996).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social também se articula à defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, compreendendo o acesso e a permanência no ensino superior como direitos fundamentais. Nesse sentido, a formação profissional crítica pressupõe não apenas o ingresso dos estudantes na universidade, mas também a existência de condições concretas para sua permanência e conclusão da graduação (ABEPSS, 1996; CFESS, 2014).

A defesa de uma formação crítica relaciona-se diretamente aos princípios construídos historicamente pela profissão, especialmente à necessidade de uma formação fundamentada na análise da realidade social, na vivência acadêmica coletiva e na articulação entre teoria e prática. Dessa forma, o Projeto Ético-Político do Serviço Social compreende a universidade como espaço fundamental para a produção de conhecimento crítico, para o fortalecimento da participação social e para a construção de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos sociais (ABEPSS, 1996).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social reafirma o compromisso da profissão com uma formação crítica, ética e socialmente comprometida, orientada pela defesa dos direitos sociais, da democracia e da emancipação humana. O Serviço Social busca construir sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social e intervir nas múltiplas expressões da questão social presentes na sociedade contemporânea. A formação profissional constitui um processo amplo, que articula conhecimento teórico, reflexão ética, pesquisa, extensão e prática profissional, fortalecendo o compromisso histórico da profissão com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (ABEPSS, 1996).

2.3 A estrutura da formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) foi criada por meio da Lei Estadual nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, sendo oficialmente instalada em 1970 a partir da incorporação de faculdades estaduais que funcionavam de forma

isolada no município. Reconhecida pelo Governo Federal em 1973, a instituição consolidou-se como uma das principais universidades públicas do Estado do Paraná, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão e exercendo importante papel na formação de profissionais e na produção de conhecimento voltado ao desenvolvimento regional (UEPG, 2025).

Nesse contexto de consolidação da universidade, foi criado, em 1973, o curso de Serviço Social da UEPG, iniciando suas atividades acadêmicas em 1974. Conforme destaca Krainski (2001), sua criação teve como finalidade formar Assistentes Sociais capacitados para atuar no desenvolvimento de ações preventivas na área social, na realização de estudos e pesquisas sobre a realidade e na promoção do desenvolvimento regional. Em sua implantação, o curso possuía duração de três anos e privilegiava a formação prática, atribuindo significativa importância aos estágios curriculares, desenvolvidos em diferentes instituições e comunidades da região, permitindo aos acadêmicos vivenciarem desde cedo a realidade da intervenção profissional (Krainski, 2001).

Ao longo de sua trajetória, o curso acompanhou o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, promovendo diversas reformulações curriculares em conformidade com as transformações da profissão e da sociedade. Na década de 1980, foi implantado um novo currículo, ampliando a duração da graduação para oito períodos (4 anos) e fortalecendo a fundamentação teórico-metodológica dos estudantes. Posteriormente, a construção coletiva do Projeto Pedagógico do Curso e a reformulação curricular de 1994 reafirmaram o compromisso com uma formação crítica, articulando ensino, pesquisa, extensão e estágio supervisionado, além de aproximar o curso das discussões promovidas pela ABEPSS sobre a formação profissional do Assistente Social (UEPG, 2022).

No contexto mais recente, o currículo do curso de Serviço Social da UEPG, reformulado em 2022, mantém os princípios construídos historicamente pela profissão e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O atual Projeto Pedagógico do Curso organiza a formação profissional a partir de núcleos de fundamentação, disciplinas teóricas e práticas, pesquisa, extensão universitária, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), reafirmando o compromisso com uma formação crítica, ética e socialmente comprometida (UEPG, 2021).

A organização da formação profissional em Serviço Social estrutura-se a partir de um conjunto de disciplinas teóricas e práticas, atividades de pesquisa, extensão universitária, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, buscando assegurar uma formação crítica e generalista aos estudantes. Conforme a matriz curricular vigente, o curso possui carga horária mínima de 3.158 horas, distribuídas entre disciplinas obrigatórias, estágio supervisionado, atividades extensionistas, atividades complementares e TCC, possibilitando a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos da profissão e a realidade social em que o Assistente Social atua (UEPG, 2025).

Quadro 1 - Matriz curricular vigente

Disciplinas Formação Básica	Disciplinas Form. Espec. Profissional	**Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento**	**Atividades Complementares**	Estágio Curricular	ATIVIDADES DE EXTENSÃO*	TOTAL
578	**1445**	**204**	**200**	408	**323**	**3158**

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (2022).

A formação em Serviço Social é organizada a partir de núcleos de fundamentação que articulam conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos fundamentais para a formação profissional do Assistente Social. Conforme as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), esses núcleos estruturam o currículo do curso e buscam garantir uma formação crítica, comprometida com a compreensão da realidade social e com o enfrentamento das expressões da questão social (ABEPSS, 1996). Nesse sentido, a atual organização da formação profissional resulta de um processo histórico de renovação da profissão e de ruptura com perspectivas conservadoras presentes na trajetória do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 1996).

De acordo com Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso (2016), a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS representa um importante marco na consolidação de uma formação profissional crítica, vinculada ao movimento de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Para a autora, esse processo possibilitou a superação de uma formação tradicional, marcada por práticas conservadoras e tecnicistas, fortalecendo uma perspectiva fundamentada na teoria social crítica, na análise da totalidade social e no compromisso com os direitos da classe trabalhadora (Cardoso, 2016).

Os núcleos de fundamentação da formação profissional são divididos em três eixos principais: o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Segundo Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, essa organização curricular expressa o compromisso da formação em Serviço Social com a construção de profissionais capazes de compreender criticamente os processos históricos, políticos, econômicos e sociais que atravessam a realidade brasileira e o exercício profissional do Assistente Social (Cardoso, 2016).

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social contempla disciplinas voltadas à compreensão da sociedade, das relações sociais e das bases teóricas das ciências humanas e sociais, possibilitando ao estudante desenvolver uma leitura crítica da realidade social. Já o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira aborda os processos históricos, políticos, econômicos e sociais que constituem a sociedade brasileira, analisando as desigualdades sociais e as expressões da questão social no país. Por sua vez, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional reúne disciplinas relacionadas aos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social, abordando a ética profissional, as políticas sociais, os processos de trabalho e os instrumentos de intervenção profissional (ABEPSS, 1996).

A formação básica geral contempla disciplinas voltadas à compreensão dos fundamentos da vida social e da formação sócio-histórica brasileira, como Antropologia e Serviço Social, Fundamentos Psicológicos do Serviço Social, Fundamentos Sócio-Filosóficos do Serviço Social, Estado e Serviço Social, Direito e Legislação Social e Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro. Essas disciplinas contribuem para que o/a estudante desenvolva uma leitura crítica da realidade social, compreendendo as desigualdades sociais, os processos históricos e as relações entre Estado, sociedade e políticas públicas (UEPG, 2022).

O currículo contempla disciplinas como Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social I ao VI, Política Social I ao IV, Processo de Trabalho e Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, Sociedade Civil e Serviço Social, Relações de Gênero e Sexualidade, Avaliação de Políticas Públicas, Serviço Social e Enfrentamento às Violências, Serviço Social na atuação Sociojurídica e Serviço Social, Meio Ambiente e

Desenvolvimento. A presença dessas disciplinas demonstra a preocupação da formação profissional em articular conhecimento teórico, análise crítica e instrumentalidade técnico-operativa para o exercício profissional (UEPG, 2022; Guerra, 2014).

Além das disciplinas de fundamentação, a formação em Serviço Social articula ensino, pesquisa e extensão por meio das disciplinas de Projetos e Práticas Sociais, que se desenvolvem ao longo da graduação. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2022), a curricularização da extensão[4] ocorre de forma específica nas disciplinas Projetos e Práticas Sociais I, II, III e IV, que se inicia no 4º semestre e se estende até o 8º semestre, totalizando 323 horas. Essas horas são parte da carga horária obrigatória das disciplinas e integram a matriz curricular, sendo dedicadas exclusivamente à formação extensionista. Importante esclarecer que as atividades da curricularização da extensão são realizadas em horários distintos, fora das salas de aula, na comunidade ou em organizações sociais do município, funcionando como atividades complementares à formação (UEPG, 2022).

O estágio curricular supervisionado também constitui elemento central da formação profissional, totalizando 408 horas distribuídas entre Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II . O estágio possibilita ao estudante vivenciar os espaços de atuação profissional do Assistente Social, desenvolvendo atividades de planejamento, intervenção e análise da realidade institucional. Além disso, o curso prevê a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), compreendido como um momento em que o acadêmico reúne e sistematiza os conhecimentos construídos ao longo da graduação, relacionando a pesquisa científica às experiências vivenciadas na formação profissional (UEPG, 2022).

Além disso, os acadêmicos devem cumprir 200 horas de atividades complementares, incluindo participação em projetos de pesquisa, extensão, eventos científicos, monitorias e atividades de representação estudantil . Dessa forma, a formação profissional em Serviço Social caracteriza-se por um processo amplo e contínuo, que demanda intensa dedicação acadêmica, participação em diferentes espaços formativos e articulação entre teoria, prática e produção de conhecimento (UEPG, 2022).

---

[4] A curricularização da extensão corresponde à inclusão das atividades extensionistas como componente obrigatório dos currículos de graduação, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a destinação de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos para ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa, fortalecendo a relação entre universidade e sociedade.

Diante dessa organização curricular, percebe-se que a formação profissional em Serviço Social não se limita apenas à aquisição de conhecimentos técnicos e teóricos, mas envolve também a construção de valores éticos, políticos e críticos fundamentais para o exercício profissional. A articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional evidencia o compromisso da formação com a preparação de Assistentes Sociais capazes de compreender criticamente a realidade social e atuar diante das expressões da questão social. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o Projeto Ético-Político do Serviço Social, responsável por orientar os princípios, valores e direcionamentos que fundamentam tanto a formação acadêmica quanto a atuação profissional do Assistente Social (ABEPSS, 1996; Netto, 1999; Iamamoto, 2015). A organização curricular do curso pode ser visualizada no Anexo A.

2.4 Breve perfil estudantil acadêmico de Serviço Social

O curso de Serviço Social caracteriza-se por ser uma profissão majoritariamente feminina, tanto no âmbito da formação acadêmica quanto no exercício profissional. Dados do recadastramento nacional realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) demonstram que 92,92% dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as se identificam com o gênero feminino, enquanto 6,97% correspondem ao gênero masculino e 0,10% a outras expressões de gênero (CFESS, 2022). Esses dados evidenciam a permanência da feminização histórica da profissão, embora também revelem pequenas transformações na composição da categoria profissional ao longo dos anos.

Essa predominância feminina está relacionada ao processo histórico de construção social das profissões vinculadas ao cuidado, à proteção social e às políticas públicas, áreas tradicionalmente associadas às mulheres. Conforme discutem Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho atribuiu historicamente às mulheres funções relacionadas ao cuidado e à reprodução social, influenciando também a composição de determinadas profissões consideradas socialmente "femininas". Nesse contexto, o Serviço Social consolidou-se como uma profissão composta majoritariamente por mulheres, realidade que permanece presente tanto na categoria profissional quanto nos cursos de graduação.

No curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), observa-se também a predominância de mulheres entre os estudantes.

Conforme dados fornecidos pela coordenação do curso[5], atualmente o corpo discente é composto por 262 estudantes, dos quais 237 são mulheres (90,5%) e 25 são homens (9,5%). Esses dados evidenciam que a graduação acompanha a tendência historicamente observada no Serviço Social, caracterizado por uma expressiva participação feminina.

A expressiva participação feminina no corpo discente possui relevância para a compreensão da realidade investigada nesta pesquisa. Considerando que mais de 90%[6] dos estudantes do curso são mulheres, torna-se necessário refletir sobre como as relações de gênero atravessam o processo de formação profissional e influenciam as experiências acadêmicas vivenciadas por essas estudantes. Embora compartilhem as mesmas exigências curriculares, as trajetórias acadêmicas não ocorrem em condições iguais, uma vez que diferentes marcadores sociais, como maternidade, trabalho e acesso à rede de apoio, interferem nas possibilidades de permanência e conclusão da graduação.

Entre essas estudantes, destacam-se aquelas que exercem a maternidade durante o período de formação acadêmica. Além das atividades próprias da graduação, essas mulheres frequentemente conciliam responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos, ao trabalho remunerado e às atividades domésticas, realidade diretamente influenciada pela divisão sexual do trabalho, que ainda concentra sobre as mulheres a maior parte das responsabilidades de cuidado (Hirata; Kergoat, 2007). Dessa forma, compreender o perfil discente do curso torna-se importante não apenas para caracterizar a graduação, mas também para contextualizar o universo em que se inserem as participantes desta pesquisa.

A análise do perfil discente evidencia que a predominância feminina no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa constitui um elemento relevante para a compreensão da realidade investigada nesta pesquisa. Entretanto, conhecer a composição do corpo discente não é suficiente para compreender as especificidades vivenciadas pelas mães acadêmicas, sendo necessário analisar como as exigências da formação profissional se articulam às responsabilidades de cuidado e às desigualdades de gênero presentes em suas trajetórias. Dessa

[5] Os dados foram fornecidos pela Professora Dra e Coordenadora de Curso Silmara Carneiro e Silva através de uma conversa via Whatsapp no dia 1 de julho de 2026.

[6] Vale destacar também a predominância feminina no Departamento de Serviço Social da UEPG. Conforme dados fornecidos pelo Departamento de Serviço Social, dos 20 docentes, apenas 1 é homem, evidenciando a presença majoritária de mulheres no espaço de formação profissional.

maneira, o capítulo seguinte apresenta o percurso metodológico da pesquisa e a análise dos dados produzidos por meio das entrevistas realizadas com mães acadêmicas do curso de Serviço Social da UEPG, buscando identificar os principais fatores que geram dificuldades em sua vivência universitária.

CAPÍTULO 3

AS VIVÊNCIAS DE MÃES ACADÊMICAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

O presente capítulo tem como objetivo analisar os fatores que geram sobrecarga na trajetória universitária de mães acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a partir dos dados produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes que exercem a maternidade durante a graduação. A análise busca compreender como as demandas da formação profissional se articulam às responsabilidades relacionadas ao cuidado, ao trabalho e à vida familiar, evidenciando os desafios enfrentados por essas mulheres em seu processo de permanência no ensino superior.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo junto às acadêmicas que atendiam aos critérios estabelecidos para o estudo. A definição das participantes buscou contemplar estudantes que vivenciam simultaneamente as exigências da maternidade e da formação profissional em um período da graduação marcado pelo aumento das responsabilidades acadêmicas.

A pesquisa foi desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tendo como participantes quatro acadêmicas [7]regularmente matriculadas na graduação que exercem a maternidade e que aceitaram livremente a participação na pesquisa mediante informações sobre o processo da pesquisa e respeito a autonomia da participante em aceitar participar. Os critérios de inclusão estabeleceram que as participantes deveriam estar matriculadas no terceiro ou quarto ano do curso e serem mães durante a graduação. A escolha desses anos justifica-se pela maior concentração de atividades como estágio supervisionado, TCC, extensão e pesquisa, que demandam maior disponibilidade e permitem identificar com maior clareza os desafios da conciliação entre maternidade e formação profissional.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 11 de junho e 31 de julho de 2026, com roteiro contendo questões abertas sobre trajetória acadêmica, maternidade, rede de apoio, dificuldades,

[7] Duas acadêmicas são do turno matutino e duas acadêmicas são do turno noturno.

estratégias de permanência e políticas institucionais. Duas entrevistas foram realizadas presencialmente na UEPG e duas remotamente, pelo WhatsApp, por mensagens de texto.

Conforme descrito na Introdução, a análise foi desenvolvida a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), gerando a sistematização dos resultados expostos a seguir.

3.1 Percepções e caracterização das participantes da pesquisa

Quadro 2 – Idade das participantes da pesquisa

Identificação da entrevistada	Idade
Participante 1	*27 anos*
Participante 2	*Tenho 31 anos*
Participante 3	*Tenho 22 anos*
Participante 4	*21*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

Conforme apresentado no Quadro 2, as participantes da pesquisa possuem idades entre 21 e 31 anos. A participante 1 (noturno) relatou ter 27 anos, participante 2 (matutino) relatou ter 31 anos, participante 3 (matutino) relatou ter 22 anos e participante 4 (noturno) relatou ter 21 anos.

Quadro 3 – Quantidade de filhos das participantes da pesquisa

Identificação da entrevistada	Quantidade de filhos
Participante 1	*1 filha*
Participante 2	*Tenho um filho*
Participante 3	*Tenho dois filhos*
Participante 4	*1*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

As participantes da pesquisa possuem entre um e dois filhos.[8] A participante 1 relatou ser mãe de uma filha, a participante 2 informou ter um filho, a participante 3 declarou ter dois filhos e a participante 4 afirmou ter um filho.

Quadro 4 – Idade dos filhos das participantes da pesquisa

Identificação da entrevistada	Idade do(s) filhos(as)
Participante 1	*7 anos*
Participante 2	*Ele tem 7 anos*
Participante 3	Eles são gêmeos e tem um ano e seis meses
Participante 4	*Até a presente data 23/06/2026 ela tem 6 meses*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

A participante 1 relatou que sua filha tem 7 anos, a participante 2 informou que seu filho também possui 7 anos, a participante 3 declarou ser mãe de gêmeos de 1 ano e 6 meses, enquanto a participante 4 afirmou que sua filha tinha 6 meses na data da realização da entrevista.

Quadro 5 – Motivos da escolha pelo curso de Serviço Social

(Continua)

Identificação das participantes	Escolha de Serviço Social
Participante 1	*Em um primeiro momento escolhi Serviço Social porque não me via mais atuando na minha primeira graduação que foi Ciências Contábeis, então, busquei um curso que de alguma forma fizesse a diferença na sociedade. Hoje em dia não me vejo fazendo outro curso ou seguindo outra profissão no futuro. Tenho a certeza de que fiz a escolha certa e não me arrependo de ter trancado no último ano o outro curso."*
Participante 2	*Eu escolhi pela minha paixão, sempre me identifiquei muito com a área do Serviço Social. É um curso pelo qual tenho muita paixão e foi isso que me motivou a ingressar na graduação.*

[8] Observou-se, entre as participantes da pesquisa, um número reduzido de filhos. Essa característica também se relaciona à tendência de redução da fecundidade no Brasil, marcada pela diminuição do número médio de filhos por mulher e pelo adiamento da maternidade, conforme discutido por Miranda-Ribeiro, Garcia e Faria (2019).

Quadro 5 - Motivos da escolha pelo curso de Serviço Social

(Conclusão)

Identificação das participantes	Escolha de Serviço Social
Participante 3	*Olha Isabela, eu sempre tive uma ligação muito forte com os movimentos sociais, sempre fui muito ativa neles, sempre me identifiquei com as lutas sociais e com a defesa de direitos, então eu creio que foi isso que me motivou a escolher o Serviço Social.*
Participante 4	*O curso me encanta em várias vertentes hoje em dia, mas a escolha veio por meio de um sonho antigo da minha mãe de se tornar Assistente Social, com isso, busquei saber mais sobre o curso, e escolhi pela paixão de contribuir para as mudanças de uma realidade cotidiana.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

A participante 1 afirmou que buscava uma profissão que contribuísse para a transformação da realidade social; A participante 2 destacou sua identificação e paixão pela área; A participante 3 relacionou sua escolha à participação em movimentos sociais; e a participante 4 informou que sua decisão foi influenciada pelo sonho de sua mãe e pelo desejo de contribuir para mudanças sociais. De modo geral, observa-se que a escolha pelo curso esteve associada ao compromisso com as questões sociais, à defesa de direitos e ao interesse em compreender e atuar diante das desigualdades presentes na sociedade.

As diferentes motivações podem ser compreendidas a partir das particularidades históricas e sociais que constituem o Serviço Social enquanto profissão. A profissão possui uma trajetória vinculada à intervenção nas múltiplas expressões da questão social, compreendida como resultado das contradições presentes na sociedade capitalista, constituindo-se como objeto de intervenção profissional (Iamamoto, 2015). Ao longo de seu processo de renovação, o Serviço Social brasileiro passou por importantes transformações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, consolidando um projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos, da democracia e da cidadania (Netto, 2009). Nesse sentido, a identificação apresentada pelas participantes com a defesa

de direitos, as lutas sociais e a transformação da realidade aproxima-se dos valores que fundamentam o projeto ético-político da profissão.

Os depoimentos permitem observar que a escolha profissional não ocorre de maneira isolada, mas é atravessada pelas experiências pessoais, familiares, sociais e acadêmicas vivenciadas pelas estudantes. A influência materna relatada pela participante 4, por exemplo, demonstra como as relações familiares podem participar diretamente da construção dos projetos profissionais, atribuindo à escolha um significado que ultrapassa a dimensão individual. Nesse caso, o desejo de realizar um sonho construído no âmbito familiar articula-se ao interesse da participante em contribuir para mudanças sociais, produzindo diferentes sentidos para sua inserção no curso.

Da mesma forma, a trajetória da participante 3, marcada pela participação em movimentos sociais e pela identificação com as lutas sociais, evidencia como experiências de participação e envolvimento com diferentes formas de organização coletiva podem influenciar a aproximação com o Serviço Social. A vivência em espaços de mobilização social possibilita o contato com demandas relacionadas à garantia de direitos, às desigualdades e às reivindicações de diferentes grupos, contribuindo para a construção de uma compreensão mais próxima da atuação profissional.

No caso da participante 1, a busca por uma profissão capaz de contribuir para a transformação da realidade social demonstra uma percepção do Serviço Social enquanto área que possui possibilidades de intervenção diante das desigualdades. Já a fala da participante 2, ao destacar sua identificação e paixão pela área, evidencia uma aproximação construída a partir do interesse e da afinidade com os conhecimentos e possibilidades de atuação proporcionados pela profissão. Embora sejam experiências distintas, ambas demonstram que a escolha profissional está relacionada à maneira como cada estudante atribui significado ao Serviço Social e às possibilidades que identifica na profissão.

Yazbek (2009) destaca que o Serviço Social se insere em uma realidade social marcada por desigualdades e diferentes manifestações da questão social, demandando dos profissionais uma compreensão crítica da realidade e das relações sociais que a constituem. Dessa forma, as motivações apresentadas pelas participantes podem ser relacionadas à própria natureza da profissão, que exige uma atuação voltada para a compreensão das demandas sociais e para a mediação

do acesso aos direitos. A escolha pelo curso, portanto, pode representar também a busca por uma formação que possibilite compreender as condições sociais vivenciadas pela população e atuar profissionalmente diante delas.

Além disso, é importante considerar que as motivações apresentadas pelas participantes não permanecem necessariamente iguais ao longo da formação. O contato com diferentes disciplinas, professores, estágios, projetos, movimentos sociais e espaços de atuação profissional pode ampliar ou transformar a compreensão inicialmente construída sobre o Serviço Social. A formação acadêmica possibilita que ideias previamente existentes sobre a profissão sejam problematizadas e aprofundadas, permitindo às estudantes compreenderem suas atribuições, limites e possibilidades de intervenção de maneira mais crítica (ABEPSS, 1996).

Nesse processo, a formação profissional possui papel significativo na construção da identidade profissional das estudantes. O ingresso no curso pode ser motivado por experiências pessoais ou por uma visão inicial sobre a profissão, mas a trajetória acadêmica permite ampliar essa compreensão por meio da apropriação de fundamentos teóricos, metodológicos e éticos. Assim, as experiências relatadas pelas participantes representam não apenas motivos para a escolha do curso, mas também pontos de partida para a construção de suas futuras trajetórias profissionais (Iamamoto, 2014).

Embora as entrevistadas apresentem caminhos distintos para o ingresso no curso, suas narrativas revelam a construção de sentidos relacionados à atuação profissional e à possibilidade de intervenção sobre a realidade social. As motivações apresentadas demonstram que a escolha pelo Serviço Social não está relacionada apenas a interesses individuais, mas também à forma como as estudantes percebem a profissão e seu papel diante das desigualdades sociais. As experiências familiares, a participação social, a identificação com a área e o desejo de transformação aparecem, portanto, como elementos que contribuem para a construção dos projetos profissionais das participantes (Iamamoto, 2009).

Desse modo, os relatos evidenciam que a escolha pelo Serviço Social é resultado da articulação entre trajetórias individuais e contextos sociais mais amplos. Cada participante chega ao curso carregando experiências, valores, relações e expectativas que influenciam sua compreensão sobre a profissão. Ao mesmo tempo, a formação universitária possibilita reelaborar essas percepções e

aproximá-las dos fundamentos que orientam o exercício profissional. As narrativas analisadas demonstram, assim, que o interesse pela transformação social e pela defesa de direitos constitui um elemento presente nas diferentes trajetórias, ainda que se manifeste de maneiras particulares em cada experiência.

Quadro 6 – Rede de apoio das participantes da pesquisa

Identificação da entrevistada	Presença de rede de apoio
Participante 1	*Minha rede de apoio é a minha mãe e o meu esposo.*
Participante 2	*Não. Eu não tenho uma rede de apoio que me ajude com meu filho.*
Participante 3	*Sim, eu tenho. Mas ela não é suficiente para me ajudar sempre. Claro que ela ajuda bastante e é muito importante para que eu consiga continuar estudando e fazendo minhas coisas, mas não é suficiente para resolver todas as dificuldades que surgem no dia a dia*.
Participante 4	*Possuo, financeiramente por parte do pai, quanto afetivamente por parte da minha família, que cuida durante o período que preciso estar fora.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

Conforme apresentado no Quadro 6, três das quatro participantes relataram possuir algum tipo de rede de apoio, ainda que em diferentes configurações e com distintos níveis de efetividade. A participante 1 afirmou contar com o apoio da mãe e do esposo, que contribuem para o compartilhamento das responsabilidades relacionadas aos cuidados com o filho e possibilitam maior organização de sua rotina acadêmica. A participante 3, por sua vez, informou possuir uma rede de apoio, porém ressaltou que ela não é suficiente para atender todas as demandas decorrentes da conciliação entre maternidade, graduação e demais responsabilidades do cotidiano, evidenciando que a simples existência desse suporte não garante que as necessidades das mães universitárias sejam plenamente atendidas. Já a participante 4 relatou receber apoio financeiro do pai da criança, além do apoio afetivo e auxílio de seus familiares, aspectos que contribuem para sua permanência no ensino superior e para o enfrentamento das exigências impostas pela maternidade durante a formação acadêmica. Em contrapartida, a participante 4 afirmou não contar com uma rede de apoio para auxiliá-la nos

cuidados com o filho, assumindo sozinha as responsabilidades relacionadas à maternidade e conciliando as atividades acadêmicas com os períodos em que a criança permanece na escola. Os relatos evidenciam que a rede de apoio constitui um elemento fundamental para a permanência das mães universitárias no ensino superior, uma vez que possibilita o compartilhamento das responsabilidades de cuidado, reduz parte da sobrecarga cotidiana e favorece a continuidade dos estudos.

A rede de apoio primária é constituída pelos vínculos pessoais e afetivos mais próximos da estudante, como familiares, companheiro, amigos e vizinhos, que podem oferecer apoio emocional e auxílio no cuidado dos filhos. Já a rede de apoio institucional é formada por instituições, serviços e políticas públicas que podem contribuir para o atendimento das necessidades sociais vivenciadas pela estudante e sua família. Dessa forma, a rede institucional não deve ser compreendida apenas como um conjunto de instituições isoladas, mas como parte de uma rede de políticas públicas e sociais que envolve diferentes serviços, programas, benefícios e ações estatais. Nessa perspectiva, podem integrar essa rede a universidade, Centros de Educação Infantil, escolas, serviços de saúde, equipamentos da assistência social, entre outros espaços responsáveis pela oferta e garantia de direitos (Brito; Koller, 1999).

A rede de apoio constitui um elemento importante para compreender as experiências das participantes no processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica. O ser humano está inserido em diferentes redes de relações, constituídas pela família, comunidade, instituições, trabalho, escola e outros espaços de sociabilidade. Essas relações podem oferecer apoio social e afetivo em diferentes momentos da vida, especialmente diante de situações de mudança, crise ou sobrecarga (Brito; Koller, 1999). No contexto da maternidade durante a graduação, a existência dessas redes pode assumir papel importante, considerando que as estudantes mães precisam articular as demandas relacionadas ao cuidado dos filhos com as exigências da formação acadêmica.

Brito e Koller (1999) compreendem a rede de apoio social como o conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõem os vínculos de relacionamento percebidos e recebidos pelo indivíduo. A rede de apoio, portanto, não se limita à presença de familiares, mas envolve diferentes relações e contextos capazes de oferecer suporte diante das necessidades vivenciadas. Prada e Garcia (2016)

destacam que a rede social pode ser compreendida como uma estrutura de relações por meio da qual os recursos de apoio circulam entre indivíduos que possuem vínculos sociais, envolvendo família, amigos, relações de trabalho, estudo, inserção comunitária e práticas sociais com forte vínculo de pertencimento. Nesse sentido, a rede de apoio pode assumir diferentes configurações, articulando relações pessoais e recursos institucionais presentes no território.

Essa compreensão permite aproximar a noção de rede de apoio da concepção de redes de políticas sociais. Prada e Garcia (2016) discutem que as redes de políticas sociais constituem uma forma de articulação entre diferentes políticas, serviços e atores envolvidos na garantia de direitos sociais. Assim, a rede institucional não se resume à existência de um determinado equipamento ou serviço, mas envolve as relações estabelecidas entre instituições e políticas que, de maneira articulada, podem responder às demandas apresentadas pelos sujeitos. Essa perspectiva é particularmente importante diante de situações sociais complexas, nas quais uma única política pública não é capaz de responder integralmente às necessidades da população.

A noção de rede está, portanto, relacionada à necessidade de articulação entre diferentes políticas públicas. Junqueira (2004) destaca que a complexidade dos problemas sociais exige a integração de diferentes atores e organizações, sendo a intersetorialidade uma estratégia para articular saberes, experiências e ações das distintas políticas sociais. Nessa perspectiva, a construção de redes possibilita a aproximação entre serviços e organizações que atuam em diferentes áreas, buscando respostas mais integradas às necessidades sociais.

No âmbito das políticas sociais, essa articulação é especialmente relevante porque as necessidades apresentadas pelos usuários não se encontram necessariamente restritas a uma única área. Uma estudante mãe, por exemplo, pode necessitar simultaneamente de condições para o cuidado dos filhos, acesso à educação, serviços de saúde, assistência social, apoio financeiro e condições institucionais que possibilitem sua permanência na universidade. Desse modo, a situação vivenciada por essa estudante pode demandar a articulação entre diferentes políticas públicas, evitando que sua permanência acadêmica seja tratada como uma responsabilidade exclusivamente individual (Junqueira, 2004).

A intersetorialidade, nesse sentido, representa uma dimensão fundamental da construção das redes de políticas públicas, pois busca superar a fragmentação

das ações estatais. Bidarra e Dourado (2020) destacam a importância da articulação e da pactuação entre diferentes políticas públicas para a construção de redes capazes de contribuir para a garantia de direitos. Essa articulação pressupõe que os diferentes serviços e setores não atuem de maneira isolada, mas estabeleçam relações de complementaridade, compartilhando responsabilidades e construindo respostas diante de demandas que possuem múltiplas dimensões (Bidarra; Dourado, 2020).

No caso das estudantes mães, essa perspectiva permite compreender que a rede institucional de apoio pode envolver tanto ações diretamente vinculadas à universidade quanto políticas públicas externas a ela. A universidade pode oferecer assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, acolhimento, bolsas, moradia ou outras estratégias de permanência; enquanto as políticas de saúde, assistência social e educação podem disponibilizar serviços, benefícios, equipamentos e ações que contribuam para o cuidado e a proteção social das famílias. Assim, esses diferentes recursos podem se complementar e constituir uma rede capaz de favorecer as condições de permanência da estudante na educação superior (Bidarra; Dourado, 2020).

Essa concepção também permite superar uma compreensão individualizante das dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães. As dificuldades de conciliar maternidade e formação acadêmica não decorrem exclusivamente da capacidade da estudante de organizar seu tempo ou de sua disponibilidade de apoio familiar, mas estão relacionadas às condições sociais, econômicas e institucionais nas quais sua trajetória ocorre. Dessa forma, a existência (ou a ausência) de políticas públicas, serviços e mecanismos institucionais de apoio pode interferir concretamente nas possibilidades de permanência e conclusão do curso (Bidarra; Dourado, 2020).

A rede institucional deve ser compreendida como parte de uma estrutura mais ampla de proteção social, na qual políticas públicas, instituições e serviços se relacionam para responder às necessidades da população e viabilizar direitos. Na Política de Assistência Social, por exemplo, a perspectiva da intersetorialidade pressupõe a articulação com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos, justamente para ampliar a capacidade de proteção social e evitar respostas fragmentadas às demandas sociais (Brasil, 2004).

Dessa maneira, enquanto a rede de apoio primária está relacionada principalmente aos vínculos pessoais e afetivos estabelecidos pela estudante, a rede institucional envolve o conjunto de instituições, serviços e políticas públicas que podem oferecer suporte e garantir direitos. As duas dimensões não são independentes: podem se complementar e atuar simultaneamente na trajetória das estudantes mães. A família pode auxiliar diretamente no cuidado dos filhos, enquanto a universidade, os serviços de saúde, a assistência social e outros equipamentos públicos podem oferecer serviços, benefícios, acompanhamento e condições institucionais que ampliem as possibilidades de permanência acadêmica.

Quadro 7 - Dificuldades enfrentadas pelas participantes na conciliação entre maternidade e vida universitária

Identificação da participante	Dificuldades enfrentadas
Participante 1	*Minha maior dificuldade tem sido o retorno ao CLT após não conseguir um estágio remunerado ou extensão. Tem sido bem complicado para mim em diversos momentos penso em trancar a faculdade, não por querer e sim por necessidade e esgotamento psicológico. É muito difícil sair para trabalhar o dia todo, ir a aula à noite e no final de semana realizar o estágio, sinto que passo muito tempo longe de casa e da minha família e isso com certeza afeta meu emocional fortemente.*
Participante 2	*Eu enfrento dificuldades financeiras, a falta de uma rede de apoio, falta de tempo, falta de tempo com o meu filho e a dificuldade de conciliar tudo o que envolve a maternidade com as exigências da graduação. Às vezes parece que estou tentando dar conta de várias coisas ao mesmo tempo e nenhuma delas pode esperar. E, não querendo desmerecer, mas essas são dificuldades que só mães entendem. Só a gente entende o peso dessas coisas que a gente passa.*
Participante 3	*Olha, é uma lista (risos). A principal é a sobrecarga. É muito difícil dar conta da maternidade de duas crianças, das demandas da faculdade, de extensão, de estágio e das outras responsabilidades da vida ao mesmo tempo. Eu também sinto muita falta de apoio institucional voltado para as mães. A universidade não oferece uma estrutura adequada para quem tem filhos pequenos e, muitas vezes, não temos onde deixar as crianças ou condições de trazê-las para o campus quando necessário. Nessa hora eu sinto que falta apoio.*
Participante 4	*Minha maior dificuldade relacionando tudo é estar longe dela. Não existe nenhuma dificuldade que ultrapasse essa. Mas se for para falar em cunho acadêmico, ter que mudar o turno e a rotina das aulas me abalou muito. Sinto falta da minha turma, das minhas colegas, tudo mexeu muito com o meu psicológico, a dificuldade encontrou se em mudar a minha vida toda, em prol da vida que mais me importa. Fora que precisei começar a trabalhar em um local que pagasse mais, pois após o nascimento da minha filha fui desligada, com a desculpa de que não precisavam de mais estagiários no meu setor, e após meu desligamento, contrataram se mais duas estagiárias, o estágio me ajudava pois tinha bolsa, e eu tirei minha filha do leite materno, coloquei na fórmula, para que pudesse não atrapalhar a minha rotina, o que em seguida me impactou financeiramente, pois fiquei sem renda.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

A participante 1 destacou a ausência de rede de apoio, as dificuldades financeiras e a falta de tempo para conciliar os cuidados com o filho e as exigências da graduação. A participante 3 apontou a sobrecarga decorrente da maternidade, das atividades acadêmicas e da insuficiência de apoio institucional às mães estudantes. A participante 4 relatou que sua principal dificuldade é permanecer distante da filha, além das mudanças na rotina acadêmica e profissional e dos impactos financeiros vivenciados após o nascimento da criança.

A conciliação de estudos, maternidade e trabalho é uma situação desafiadora. Para algumas estudantes mães, a permanência ou ingresso no mercado de trabalho não se trata de uma escolha, mas sim de uma necessidade relacionada à própria manutenção financeira, fazendo com que a graduação seja realizada simultaneamente a extensas jornadas de trabalho, atividades acadêmicas e responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos. Vargas e Paula (2013) apontam que a relação entre estudo e trabalho é um grande desafio para a permanência no ensino superior, pois, em momentos, o trabalho pode ser um empecilho para atividades acadêmicas. O contrário também é verdadeiro, quando a ausência de trabalho pode resultar na inviabilidade da continuidade dos estudos. Essa realidade pode ser observada nos relatos das participantes, que evidenciam como as demandas econômicas se articulam às responsabilidades decorrentes da maternidade e às exigências da graduação (Vargas; Paula, 2013).

Outro ponto importante a ser destacado é a questão da sobrecarga feminina, que está relacionada à divisão sexual do trabalho e à histórica atribuição das responsabilidades de cuidado e das tarefas domésticas às mulheres. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho e em espaços de formação profissional, as mulheres continuam, muitas vezes, sendo as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela organização da vida familiar, o que contribui para a sobreposição de diferentes jornadas. No caso das estudantes mães, essa realidade se torna ainda mais complexa, pois as demandas relacionadas à maternidade precisam ser articuladas às exigências acadêmicas, profissionais e pessoais. Dessa forma, a estudante precisa administrar seu tempo considerando não apenas aulas, trabalhos e avaliações, mas também as necessidades cotidianas dos filhos, o que

reduz o tempo e a disponibilidade para a realização das atividades acadêmicas (Vargas; Paula, 2013).

A sobrecarga não se limita à quantidade de tarefas desempenhadas, envolvendo também a responsabilidade constante pelo planejamento e acompanhamento das necessidades dos filhos. Mesmo quando existe algum tipo de auxílio, a mulher pode permanecer como principal responsável por organizar a rotina familiar e garantir que as demandas de cuidado sejam atendidas. Essa situação pode produzir uma carga física e mental significativa, dificultando a concentração, o planejamento dos estudos e a participação em atividades acadêmicas que ultrapassam o horário regular das aulas. Assim, as dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães não devem ser compreendidas apenas como uma questão individual de organização do tempo, mas como resultado de condições sociais mais amplas, especialmente da desigual distribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. A sobrecarga feminina constitui um elemento importante para compreender os desafios da permanência universitária, uma vez que parte significativa do esforço necessário para conciliar maternidade, trabalho e formação acadêmica recai sobre as próprias mulheres, podendo repercutir em seu bem-estar e nas condições de continuidade dos estudos (Vargas; Paula, 2013).

Quadro 8 - Estratégias de enfrentamento adotadas pelas participantes diante das dificuldades de conciliar maternidade e vida acadêmica.

(Continua)

Identificação da participante	Superação de dificuldades
Participante 1	*O maior motivo para eu não desistir é a fé de que o futuro será melhor, que com a faculdade eu consiga um emprego melhor e tenha mais tempo com a minha família e são eles que mais me incentivam a não desistir e me manter firme. Sempre me trazem consolo e palavras de conforto quando o cansaço bate.*
Participante 2	*A questão financeira eu consigo amenizar por meio da Bolsa Permanência. Isso ajuda bastante. Já a falta de rede de apoio é bem mais complicada (Afirma com ênfase). O que me ajuda é a escola do meu filho, porque ela contribui para a organização da minha rotina e permite que eu consiga ir as aulas e realizar as atividades da universidade e agora o estágio que eu comecei a fazer esse ano. O problema é que a escola não se ajusta a imprevistos, então tem vezes que mesmo contando com a ajuda da escola, tenho momentos bem complicados.*

Quadro 8 - Estratégias de enfrentamento adotadas pelas participantes diante das dificuldades de conciliar maternidade e vida acadêmica.

(Conclusão)

Identificação da participante	Superação de dificuldades
Participante 3	*Então Isa, principalmente contando com a minha rede de apoio. Sem ela seria praticamente impossível continuar estudando. Mas, como eu te falei, mesmo com essa ajuda, ainda enfrento muitas dificuldades porque a rede de apoio não consegue suprir tudo.*
Participante 4	*Eu tenho só 21 anos e costumava sair aos fins de semana, pra superar a minha principal dificuldade de estar longe, passo os fins de semana ao lado dela, e com relação aos meus colegas, mantenho contato via app de mensagens e recebo visitas mensalmente em casa. Financeiramente, arrumei um emprego que me paga mais para poder arcar com os custos da minha filha quase que integralmente, o que impactou ainda mais nos meus horários.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

A participante 1 destaca o apoio da família e a expectativa de melhores condições de vida como fatores que fortalecem sua permanência no curso. A participante 2 aponta a Bolsa Permanência e a escola do filho como importantes mecanismos de apoio, embora ressalte a ausência de uma rede de apoio familiar. A participante 3 afirma que sua permanência na universidade só é possível em razão da rede de apoio, ainda que esta não seja suficiente para atender todas as demandas. Já a participante 4 relata que reorganizou sua rotina pessoal e profissional, intensificou o convívio com a filha nos finais de semana e buscou um emprego com melhor remuneração para garantir o sustento da criança.

As estratégias de permanência constituem um aspecto importante a ser destacado, especialmente quando se considera a realidade de estudantes que vivenciam a maternidade durante a graduação. As experiências das participantes entrevistadas demonstram que a permanência universitária não ocorre de maneira isolada ou automática, mas é construída cotidianamente a partir da articulação de diferentes estratégias e recursos. Essas estratégias envolvem aspectos financeiros, organização da rotina, condições de trabalho, apoio familiar e institucional, disponibilidade de serviços, reorganização das atividades acadêmicas e

profissionais e, sobretudo, possibilidades de conciliar as demandas relacionadas ao cuidado dos filhos com as exigências da formação universitária. Nesse sentido, permanecer na universidade representa um processo que exige das estudantes constantes adaptações diante das diferentes demandas que atravessam sua trajetória acadêmica e pessoal (Mattos; Fernandes, 2022).

Seguindo nessa perspectiva, Mattos e Fernandes (2022) ressaltam que a permanência não deve ser compreendida somente a partir de sua dimensão material, uma vez que também envolve aspectos acadêmicos e simbólicos que influenciam diretamente a continuidade dos estudantes na universidade. Dessa forma, possuir condições financeiras para frequentar o curso é importante, mas não necessariamente garante que o estudante consiga permanecer e concluir sua formação. É necessário considerar também fatores como pertencimento ao espaço universitário, reconhecimento, acolhimento, relações estabelecidas com colegas e professores, condições de aprendizagem e possibilidade de conciliar a vida acadêmica com outras responsabilidades. Essa compreensão pode ser sintetizada na fala de Pedro, um dos participantes da pesquisa das autoras: “A permanência na universidade não é só você ficar, é você querer continuar tendo o desejo de ficar” (Mattos; Fernandes, 2022, p. 12). A fala evidencia que permanecer envolve tanto a possibilidade concreta de continuar estudando quanto a construção de condições que permitam ao estudante manter o vínculo com a universidade e visualizar a conclusão da graduação como uma possibilidade.

No caso das participantes desta pesquisa, o “desejo de ficar” manifesta-se nas diferentes estratégias utilizadas para conciliar a maternidade com a formação acadêmica. As participantes demonstram que a continuidade no curso exige planejamento e reorganização constante de suas rotinas, considerando horários de aulas, trabalhos acadêmicos, atividades profissionais, responsabilidades domésticas e, principalmente, os cuidados com os filhos. Nesse contexto, estratégias como o acesso à Bolsa Permanência, a utilização de serviços educacionais destinados aos filhos, o auxílio de familiares, a reorganização das atividades profissionais e pessoais e a divisão das responsabilidades de cuidado assumem papel significativo para que essas estudantes consigam permanecer no ensino superior.

A dimensão financeira também se apresenta como elemento relevante nesse processo. Os custos relacionados ao transporte, alimentação, materiais acadêmicos, moradia e, no caso das estudantes mães, às necessidades dos filhos,

podem representar obstáculos adicionais à permanência. Assim, políticas de assistência estudantil e programas de apoio financeiro podem contribuir para reduzir parte dessas dificuldades, possibilitando que a estudante tenha melhores condições para frequentar as aulas e desenvolver suas atividades acadêmicas. Entretanto, a realidade das participantes evidencia que o suporte financeiro, embora necessário, não é suficiente para responder a todas as necessidades vivenciadas pelas estudantes mães. A existência de recursos financeiros não elimina, por exemplo, a necessidade de encontrar alguém que possa cuidar da criança durante o período de aula ou de lidar com situações inesperadas relacionadas à saúde e às necessidades dos filhos (Mattos; Fernandes, 2022).

Nesse sentido, a organização da rotina constitui outra importante estratégia de permanência. As participantes precisam administrar diferentes tempos e responsabilidades, estabelecendo prioridades e reorganizando suas atividades conforme as necessidades apresentadas ao longo da graduação. A rotina acadêmica, portanto, passa a ser articulada com a rotina familiar e profissional, fazendo com que as estudantes desenvolvam diferentes formas de planejamento para conseguir cumprir as demandas do curso. Essa realidade demonstra que a permanência de estudantes mães está relacionada não apenas às condições oferecidas pela universidade, mas também à possibilidade de construir redes e estratégias que permitam enfrentar as dificuldades presentes no cotidiano (Mattos; Fernandes, 2022).

A rede de apoio também aparece como um elemento fundamental nesse processo. Familiares, companheiros, amigos, colegas e outras pessoas próximas podem contribuir de diferentes maneiras, seja por meio do cuidado direto com os filhos, do apoio financeiro, da realização de tarefas domésticas ou mesmo do suporte emocional. Dessa maneira, a rede de apoio pode funcionar como uma importante estratégia para viabilizar a continuidade dos estudos. A ausência ou fragilidade desse suporte, por outro lado, pode ampliar as dificuldades enfrentadas pelas estudantes, especialmente quando as responsabilidades de cuidado são concentradas sobre a mãe. Assim, compreender as estratégias de permanência das estudantes mães também exige considerar as relações sociais que sustentam ou dificultam sua trajetória acadêmica (Mattos; Fernandes, 2022).

Além das redes construídas fora da universidade, é necessário considerar a importância de estratégias institucionais de permanência estudantil. Pensar em

estratégias de permanência implica reconhecer que a universidade possui responsabilidade na criação de condições que favoreçam a continuidade dos estudantes na graduação. Mattos e Fernandes (2022) destacam que as ações institucionais não devem se limitar à oferta de auxílios econômicos, sendo necessário considerar também o acompanhamento acadêmico, o acolhimento e as práticas pedagógicas. Essa perspectiva é especialmente importante quando se trata de estudantes que possuem responsabilidades familiares, pois as demandas relacionadas à maternidade podem interferir diretamente na participação acadêmica e na disponibilidade de tempo para os estudos (Mattos; Fernandes, 2022).

Dessa forma, estratégias institucionais voltadas às estudantes mães podem envolver diferentes dimensões, como assistência financeira, flexibilização e organização acadêmica, acolhimento, acompanhamento pedagógico, espaços adequados para crianças e serviços que contribuam para o cuidado dos filhos. A existência de mecanismos dessa natureza pode diminuir situações em que a estudante precisa escolher entre atender às necessidades de seu filho e cumprir uma obrigação acadêmica. Nesse sentido, a permanência passa a ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada, que não deve ser atribuída exclusivamente à capacidade individual da estudante de administrar suas múltiplas funções (Mattos; Fernandes, 2022).

É importante destacar, ainda, que responsabilizar exclusivamente a estudante pela criação de estratégias para permanecer na universidade pode contribuir para invisibilizar as condições sociais que produzem suas dificuldades. Quando uma estudante mãe precisa reorganizar constantemente sua rotina, buscar diferentes pessoas para auxiliar no cuidado dos filhos, conciliar trabalho e estudo e, ao mesmo tempo, cumprir as atividades acadêmicas, não se trata apenas de uma questão de organização pessoal. Essas experiências estão relacionadas às condições concretas de vida, às desigualdades sociais e de gênero e à forma como o cuidado é socialmente distribuído. (Mattos; Fernandes, 2022).

Assim, as estratégias de permanência podem ser compreendidas como um conjunto de medidas e recursos que ultrapassam a dimensão financeira e buscam criar condições para que diferentes estudantes consigam conciliar as demandas acadêmicas com as demais dimensões de suas vidas. No caso das estudantes mães, isso significa considerar que a experiência universitária ocorre simultaneamente à experiência da maternidade, fazendo com que as demandas do

cuidado estejam presentes em diferentes momentos da trajetória acadêmica. A universidade, ao reconhecer essa realidade, pode desenvolver ações capazes de reduzir obstáculos e ampliar as possibilidades de permanência e conclusão da formação (Mattos; Fernandes, 2022).

A permanência universitária não deve ser entendida apenas como a capacidade de permanecer matriculada, mas como a possibilidade de vivenciar a graduação com condições minimamente adequadas para aprender, participar, desenvolver-se academicamente e concluir o curso. Como apontam Mattos e Fernandes (2022), os aspectos materiais, acadêmicos e simbólicos estão relacionados nesse processo. Para as participantes desta pesquisa, permanecer significa construir diariamente possibilidades para continuar estudando mesmo diante das responsabilidades decorrentes da maternidade, do trabalho e da vida familiar. Por isso, as estratégias identificadas nas entrevistas revelam não apenas esforços individuais, mas também a necessidade de políticas e práticas institucionais que reconheçam as especificidades das estudantes mães e contribuam efetivamente para sua permanência e conclusão do ensino superior (Mattos; Fernandes, 2022).

Quadro 9 - Acesso das participantes às políticas de permanência estudantil

Identificação da entrevistada	Acesso a Política de Permanência estudantil
Participante 1	*Não possuo acesso. Inclusive, algumas dessas bolsas seriam de grande valia para que eu pudesse sair do CLT e me dedicar mais ao curso.*
Participante 2	*Sim. Atualmente recebo a Bolsa Permanência mas ano passado, também recebia Bolsa de Empreendedorismo. Esse ano consegui só a de permanência mesmo. E como eu te falei, essa bolsa permanência é muito importante para que eu consiga continuar estudando e concluir minha formação. Sem ela, eu provavelmente já teria trancado o curso e procurado um emprego CLT. Nessas horas que a gente vê como é importante as políticas de permanência.*
Participante 3	*Sim, tenho acesso à Bolsa Permanência. E é também uma das coisas que me ajudam muito, sabe? A Bolsa Permanência é fundamental para que eu consiga continuar no curso e lidar com parte das despesas que tenho.*
Participante 4	*Não fui aprovada em nenhuma*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

Duas participantes possuem acesso à Bolsa Permanência (Participante 2 e 4), enquanto a participante 1 informou não receber nenhum auxílio, embora considere que esse apoio contribuiria para sua permanência na graduação. Da mesma forma, a participante 4 relatou que não foi aprovada em nenhuma política de permanência estudantil. Em conversa posterior, no dia 31 de julho, a participante 4 relatou que não foi aprovada para a Bolsa Permanência.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é um órgão diretamente vinculado à Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), responsável pelo desenvolvimento e pela implementação de ações, programas e políticas voltadas à comunidade estudantil. Criada pela Resolução Universitária nº 33, de 13 de dezembro de 2018, a PRAE tem como finalidade contribuir para a integração, a qualidade de vida, a equidade e a garantia de direitos dos estudantes, considerando suas diferentes condições e necessidades. Entre suas áreas de atuação, destacam-se as ações de assistência estudantil e de promoção da diversidade, incluindo iniciativas destinadas a favorecer a permanência dos estudantes na universidade e o enfrentamento de situações de discriminação, assédio e opressão. A equipe[9] que constitui a PRAE é composta por uma Pró Reitora de Assuntos Estudantis, uma Diretora de Ações Afirmativas e Diversidade, uma Diretora de Assistência Estudantil, uma Pedagoga, duas Assistentes Sociais, dois Psicólogos, uma Secretária, um Residente Técnico de Psicologia, uma Técnica Administrativa, uma estagiária de Pedagogia, uma estagiária de Serviço Social e uma estagiária de Psicologia (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2026).

A fim de intermediar as demandas apresentadas pelos estudantes do curso de Serviço Social, o Colegiado do curso atua como um espaço de escuta e encaminhamento das necessidades identificadas no âmbito acadêmico. Nesse processo, as demandas apresentadas pelos estudantes são sistematizadas e encaminhadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), possibilitando a articulação entre o curso e os setores responsáveis pela assistência e permanência estudantil.

[9] É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada em um período de transição da gestão anterior da Reitoria e da gestão atual, que assumiu a Reitoria em 01/09/2026.

Essa articulação também envolve a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD),[10] considerando que as demandas apresentadas pelos estudantes podem envolver tanto aspectos acadêmicos quanto questões relacionadas às condições de permanência na universidade. Enquanto a PROGRAD concentra suas atribuições nas atividades acadêmicas e pedagógicas dos cursos de graduação, abrangendo questões como matrícula, acompanhamento dos cursos, estágios e demais atividades acadêmicas, a PRAE atua no âmbito da assistência estudantil, desenvolvendo ações relacionadas à permanência, ao bem-estar e à garantia de direitos dos estudantes. Assim, embora possuam atribuições distintas, as duas Pró-Reitorias podem atuar de forma complementar diante de situações que envolvam simultaneamente aspectos acadêmicos e sociais da trajetória estudantil (UEPG, 2026).

Na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), as políticas de permanência estudantil estão inseridas na Política de Assistência Estudantil, regulamentada pela Resolução CA nº 2023.110, a qual se conceitua como uma "ação institucional que visa reduzir as desigualdades sociais e educacionais com vistas a assegurar o acesso, a permanência e o êxito acadêmico do Corpo Discente da Instituição" (UEPG, 2023, p. 3). Entre as ações desenvolvidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, encontram-se a Bolsa de Permanência Estudantil, a qual é destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, também existem os programas de Moradia Estudantil, o desconto ou a isenção no Restaurante Universitário (RU), além de serviços socioassistenciais, atendimento pedagógico e outras formas de apoio aos estudantes (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2023).

Focando na Bolsa Permanência, é clara a importância desse auxílio, uma vez que é ofertada em diversas modalidades, conforme a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes e a disponibilidade orçamentária da instituição. São previstas as modalidades Básica, Especial I e Especial II. A atribuição de qual modalidade (Básica, Especial I ou Especial II) será recebida pelo acadêmico depende da análise socioeconômica feita pela equipe de serviço social da PRAE. Para esta classificação, utiliza-se a pontuação do Instrumento Técnico de Análise do

[10] A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é o órgão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) responsável pela direção, coordenação e acompanhamento das atividades relacionadas aos cursos de graduação, abrangendo aspectos acadêmicos e pedagógicos da formação discente.

Índice de Vulnerabilidade Social Estudantil (IVSE). Quanto maior o grau de vulnerabilidade social apurado pela documentação, maior a chance de enquadramento nas faixas de valor mais elevado. As modalidades apresentam diferentes valores: R$ 700,00 para Básica, R$ 1.050,00 para Especial I e R$ 1.400,00 para Especial II (Universidade Estadual de Ponta Grossa (2026).

Quadro 10 - Políticas de Permanência estudantil

Tipo de Política de Permanência	Critério para obtenção
Moradia Estudantil	Estudantes matriculados na UEPG, que estejam em vulnerabilidade socioeconômica e que comprovem seu vínculo acadêmico e situação socioeconômica por meio da documentação exigida pelo edital
Desconto ou isenção no RU	Têm direito à isenção ou ao desconto de 50% no Restaurante Universitário os estudantes de graduação e pós-graduação da UEPG que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica
Bolsa Permanência Básica	Ser estudante de graduação matriculado na UEPG no ano letivo de 2026 e estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos da Resolução CA nº 2023.110.
Bolsa Permanência Especial I	Ser estudante de graduação matriculado na UEPG no ano letivo de 2026 e estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos da Resolução CA nº 2023.110.
Bolsa Permanência Especial II	Ser estudante de graduação matriculado na UEPG no ano letivo de 2026 e estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos da Resolução CA nº 2023.110.

Fonte: Universidade Estadual de Ponta Grossa (2022)

Org: A autora

A existência dessas políticas evidencia que a permanência no ensino depende de condições institucionais capazes de responder às diferentes necessidades que podem surgir ao longo da formação. Conforme demonstrado pela pesquisa de Estrada e Radaelli (2017), as condições financeiras constituem um dos elementos que podem interferir na continuidade dos estudos, reforçando a importância da assistência estudantil para aqueles que não possuem recursos suficientes para arcar com as despesas relacionadas à vida acadêmica. Dessa forma, o acesso às políticas de permanência pode contribuir para a redução de obstáculos materiais e para a continuidade da trajetória universitária.

A falta e/ou insuficiência de políticas de permanência estudantil pode produzir grandes impactos na trajetória acadêmica, uma vez que o ingresso no ensino superior não garante, por si só, condições para que o estudante consiga

permanecer e concluir sua formação. Assim como discutem Silva e Sampaio (2022), as políticas de permanência possuem relação com diferentes dimensões da trajetória universitária, entre elas a evasão, o desempenho acadêmico e o tempo necessário para a conclusão do curso. Ou seja, quando os estudantes não encontram suporte institucional suficiente para enfrentar dificuldades econômicas e sociais, podem surgir obstáculos que comprometem sua continuidade na universidade, como a dificuldade para custear alimentação, transporte, materiais acadêmicos e outras despesas relacionadas à formação. A ausência desses mecanismos de apoio pode levar estudantes em situação de vulnerabilidade a buscar ou ampliar atividades remuneradas para garantir sua subsistência, reduzindo o tempo disponível para os estudos e para a participação nas atividades acadêmicas. Essas condições podem contribuir para o baixo desempenho, o prolongamento do curso, o trancamento de disciplinas ou, em situações mais graves, para a evasão (Silva; Sampaio, 2022).

As políticas de permanência não devem ser compreendidas apenas como benefícios financeiros, mas como instrumentos importantes para enfrentar desigualdades que atravessam a experiência universitária e garantir condições mais equitativas de formação. Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando se leva em consideração a realidade das estudantes mães, que precisam conciliar as exigências da graduação com as responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos, podendo vivenciar uma sobreposição de demandas financeiras, acadêmicas e familiares. A insuficiência de políticas voltadas à permanência pode intensificar as dificuldades já existentes e limitar as possibilidades de continuidade da formação, evidenciando a necessidade de ações institucionais que considerem as diferentes condições e necessidades dos estudantes (Silva; Sampaio 2022).

Quadro 11 - Sugestões das participantes para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias

(Continua)

Identificação da entrevistada	Ações para enfrentar dificuldades
Participante 1	*Acredito que mais bolsas de permanências exclusivas para mães, maior apoio psicológico para conciliar a maternidade com a universidade (e também para os demais acadêmicos) e também maior incentivo ou de repente que fossem dado prioridade as vagas de estágio/extensão para que consigam conciliar a maternidade com a graduação.*

Quadro 11 - Sugestões das participantes para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias

(Conclusão)

Identificação da entrevistada	Ações para enfrentar dificuldades
Participante 2	*Eu acredito que é necessária uma ampliação das políticas públicas voltadas para as mães universitárias, eu bato muito nessa tecla. É preciso que existam ações que reconheçam as especificidades da maternidade durante a graduação e ofereçam um suporte real para que essas estudantes consigam permanecer na universidade. A UEPG é cheia de mães que precisam de apoio institucional mas não recebem. Claro, recebem apoio de alguns colegas e professores, mas seria importante ter um apoio mais significativo, uma coisa maior.*
Participante 3	*Eu acredito que a universidade deveria criar uma cuidoteca dentro do campus para atender os filhos das estudantes. Também acho que seria importante ampliar as políticas de permanência voltadas especificamente para mães e melhorar a infraestrutura da universidade para acolher melhor as acadêmicas que têm filhos. São coisas simples que eu creio que fariam uma diferença grande para a gente.*
Participante 4	*Primeiramente, a empatia com as mães que buscam conciliar a vida dupla, para que sejam respeitadas e ouvidas em todos os ambientes, em segundo, trazer a importância da permanência dessas mães no âmbito acadêmico, com palestras de incentivo, rodas de conversa e etc.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

A participante 1 destacou a necessidade de ampliação das bolsas de permanência, do apoio psicológico e de maiores oportunidades de acesso a estágios e projetos, considerando essas ações importantes para favorecer a permanência das mães universitárias. A participante 2 defendeu o fortalecimento das políticas institucionais voltadas a esse público, enfatizando a necessidade de um suporte mais efetivo durante a graduação. A participante 3 sugeriu a implantação de uma cuidoteca e a ampliação das políticas de permanência já existentes, enquanto a participante 4 ressaltou a importância de maior empatia por parte da comunidade universitária, do incentivo à permanência estudantil e da promoção de espaços de acolhimento, como palestras e rodas de conversa. De modo geral, os relatos evidenciam a necessidade de fortalecer as políticas de permanência, considerando as demandas específicas das estudantes que conciliam a maternidade com a vida acadêmica.

As políticas de permanência estudantil constituem um importante instrumento para garantir não apenas o acesso, mas também a continuidade e a conclusão da formação no ensino superior. A literatura aponta que essas políticas podem assumir diferentes formas, incluindo auxílios financeiros, ações assistenciais e medidas direcionadas às necessidades e vulnerabilidades dos estudantes. Silva e Sampaio (2022), ao analisarem a produção científica sobre permanência estudantil no ensino superior, destacam que essas políticas estão diretamente relacionadas à redução da evasão, à melhoria do desempenho acadêmico e à conclusão dos cursos. Dessa forma, a permanência não deve ser compreendida apenas como a possibilidade de o estudante permanecer matriculado, mas como a existência de condições materiais e institucionais que possibilitem sua participação e desenvolvimento acadêmico (Silva; Sampaio, 2022).

Nesse contexto, a criação de políticas específicas para estudantes que são mães torna-se particularmente relevante, considerando que a maternidade acrescenta responsabilidades relacionadas ao cuidado, à organização da rotina e às necessidades dos filhos, que podem dificultar a participação nas atividades acadêmicas. Assim, políticas de permanência voltadas às mães universitárias podem envolver bolsas ou auxílios financeiros, apoio psicológico, flexibilização e acompanhamento acadêmico, condições para participação em estágio, pesquisa e extensão, além da disponibilização de espaços destinados ao acolhimento e cuidado das crianças. A necessidade dessas ações evidencia que as dificuldades enfrentadas pelas mães estudantes não devem ser tratadas como problemas exclusivamente individuais, uma vez que também estão relacionadas às condições institucionais oferecidas pelas universidades (Silva; Souza, 2020).

Essa perspectiva ganhou maior reconhecimento no âmbito federal com a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e incorporou o Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe) entre seus programas. O Propepe é destinado a estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de seis anos, matriculados em instituições federais de ensino superior e na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. O programa prevê a criação de infraestrutura física e de acolhimento voltada às necessidades materno e paterno-infantis e tem, entre seus objetivos, favorecer o acesso, a permanência e a progressão dos estudantes durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas (Brasil, 2024).

A própria PNAES também estabelece a possibilidade de ações relacionadas ao atendimento pré-escolar a dependentes, demonstrando que as responsabilidades familiares passaram a ser reconhecidas de maneira mais explícita no campo da assistência estudantil. A legislação determina ainda que as ações da PNAES considerem as especificidades e necessidades do corpo discente e atuem preventivamente diante de situações que possam resultar em retenção e evasão (Brasil, 2024).

É importante fazer uma distinção em relação à abrangência do Propepe. Embora esteja previsto em uma lei federal, sua aplicação está direcionada às instituições federais de ensino superior e às instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Portanto, a existência do Propepe não significa que universidades estaduais, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), estejam juridicamente obrigadas, por essa lei, a implementar o programa. Nesse sentido, para as universidades estaduais, a criação de políticas específicas para mães depende de suas próprias normas institucionais e das políticas estaduais e universitárias de assistência e permanência estudantil (Brasil, 2024).

A existência do Propepe representa um avanço importante no reconhecimento das particularidades vivenciadas por estudantes que possuem filhos, pois desloca a questão da esfera exclusivamente individual para o campo das políticas de permanência. Ao mesmo tempo, sua abrangência evidencia a necessidade de ampliar iniciativas semelhantes para diferentes instituições públicas de ensino superior, especialmente considerando que a permanência das mães universitárias depende de condições que ultrapassam o auxílio financeiro e envolvem também infraestrutura, acolhimento, cuidado dos filhos e possibilidades concretas de conciliação entre maternidade e formação acadêmica (Brasil, 2024).

Quadro 12 - Considerações finais das participantes da pesquisa

(Continua)

Identificação da participante	Considerações finais
Participante 1	*Gostaria parabenizar pela escolha do tema e acrescentar que é de suma importância a abordagem desse assunto para que mais mães consigam permanecer dentro da Universidade.*

Quadro 12 - Considerações finais das participantes da pesquisa

(Conclusão)

Identificação da participante	Considerações finais
Participante 2	*Sim. Uma situação que me incomoda bastante é a forma como a universidade lida com os atestados relacionados ao meu filho. Você sabe como é a questão de atestados aqui na UEPG "né?". Eu me sinto muito frustada porque muitas vezes parece que eu preciso provar repetidamente que sou mãe e que meu filho realmente precisa dos meus cuidados quando está doente ou necessita de acompanhamento. E além disso tem essa dificuldade dos atestados da UEPG, de aceitarem uma quantidade mínima de dias para serem validados. Outra coisa que eu quero falar também é sobre as aulas. Em algumas matérias, as aulas começam às 7h20 da manhã, e isso acaba sendo um problema. Como eu não tenho com quem deixar meu filho antes do horário da escola, eu não consigo chegar na universidade nesse horário. Os professores geralmente compreendem a situação, mas os conteúdos continuam normalmente e depois eu tenho que correr atrás do que eu perdi e aprender sozinha. Essa aula 07:20 é uma questão bem complicada para mim. Quero acrescentar mais uma coisa (risos). Eu acredito que ainda existem poucas políticas voltadas para as mães universitárias. Falta acolhimento, inclusão e ações que garantam boas condições de permanência para quem precisa conciliar a maternidade com a graduação. É uma realidade que deveria receber mais atenção da universidade e das políticas públicas mas é tratada com um certo descaso.*
Participante 3	*Ah, sim. Eu gostaria de reafirmar que existe uma falta de compromisso da Reitoria e também dos órgãos estudantis com essa pauta da maternidade. A situação das mães universitárias não é algo novo, é uma demanda antiga, que já vem sendo discutida há muito tempo e a falta de respostas é bem frustante. A gente continua sem um apoio que seja de fato efetivo. Muitas vezes parece que nossas necessidades não são levadas a sério, são ignoradas, então eu acho que a universidade precisa olhar com mais atenção para essa realidade e construir respostas mais concretas para garantir a permanência das mães no ensino superior.*
Participante 4	*Nada a adicionar.*

Fonte: Entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa no período de 11 de junho de 2026 à 31 de julho de 2026.

Org: A autora

As considerações finais das participantes reforçam aspectos discutidos ao longo das entrevistas. A participante 1 destacou a importância de ampliar as discussões sobre a permanência de mães na universidade. A participante 2 apontou dificuldades relacionadas à aceitação de atestados, aos horários das aulas e à

insuficiência de políticas institucionais de apoio às mães acadêmicas. A participante 3 reafirmou a percepção de falta de compromisso institucional com essa pauta e a necessidade de respostas mais efetivas por parte da universidade. Já a participante 4 informou não ter comentários adicionais.

O acolhimento das mães universitárias constitui uma dimensão importante das condições de permanência no ensino superior, pois envolve não apenas atitudes individuais de compreensão, mas também o reconhecimento institucional das particularidades vivenciadas por estudantes que conciliam a formação acadêmica com as responsabilidades relacionadas à maternidade. Nesse sentido, acolher significa reconhecer que essas estudantes possuem necessidades específicas e que a universidade deve desenvolver condições que possibilitem sua participação acadêmica, evitando que a maternidade seja compreendida como um obstáculo exclusivamente individual à sua formação. Estudos sobre estudantes mães demonstram que as responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos podem interferir na trajetória acadêmica e exigir diferentes estratégias para conciliar maternidade e formação universitária (Pereira; Barroso, 2025).

A fala da participante 2 evidencia essa necessidade ao relatar dificuldades relacionadas aos atestados do filho e aos horários das aulas, especialmente quando as atividades iniciam às 7h20. Embora a compreensão individual de alguns professores possa contribuir para amenizar determinadas situações, a estudante ainda precisa buscar sozinha os conteúdos perdidos, fazendo com que parte da responsabilidade pela superação das dificuldades recaia sobre ela. Essa situação permite compreender que o acolhimento não deve depender exclusivamente da disposição ou da sensibilidade individual dos docentes, uma vez que respostas baseadas apenas em iniciativas pessoais podem produzir experiências distintas entre estudantes que vivenciam situações semelhantes. Nesse sentido, pesquisas sobre estudantes mães apontam a existência de barreiras institucionais relacionadas à conciliação entre maternidade e atividades acadêmicas.

Nesse sentido, acolher também significa escutar as estudantes e reconhecer suas demandas como legítimas. A escuta institucional possibilita que as próprias mães participem da identificação dos obstáculos que enfrentam e da construção de respostas para essas dificuldades. Essa perspectiva é importante porque evita que situações relacionadas à maternidade sejam interpretadas exclusivamente como problemas individuais de organização ou de capacidade de conciliação. Ao

contrário, evidencia que as dificuldades de permanência também estão relacionadas às condições institucionais oferecidas pelas universidades e à existência, ou não, de mecanismos capazes de atender às necessidades dessas estudantes (Cunha; Paiva, 2024).

O acolhimento envolve uma dimensão pedagógica. Não basta possibilitar que a estudante permaneça formalmente matriculada, é necessário criar condições para que ela consiga acompanhar as atividades, recuperar conteúdos e participar da formação de maneira efetiva. Quando uma mãe precisa se ausentar em razão de uma necessidade do filho, por exemplo, mecanismos de acompanhamento e apoio acadêmico podem contribuir para reduzir os prejuízos decorrentes dessa ausência. Nesse sentido, estudos sobre a permanência de estudantes mães evidenciam a importância de estratégias institucionais que considerem as especificidades de suas trajetórias acadêmicas (Pereira; Barroso, 2025).

Além da dimensão pedagógica, o acolhimento possui uma dimensão material e estrutural. A existência de espaços destinados às crianças, locais adequados para amamentação e cuidados básicos, assistência estudantil e outras formas de apoio pode contribuir para a permanência das estudantes mães. A necessidade de estruturas que considerem a presença de crianças no ambiente universitário demonstra que o acolhimento não se limita às relações estabelecidas em sala de aula, mas também envolve as condições físicas e institucionais disponibilizadas pela universidade (Figueiredo, 2019).

O acolhimento também está relacionado ao sentimento de pertencimento ao espaço universitário. Quando as estudantes percebem que suas necessidades são reconhecidas pela instituição, podem encontrar melhores condições para conciliar as diferentes dimensões de sua vida. Por outro lado, quando a maternidade é invisibilizada ou tratada como uma questão exclusivamente privada, as estudantes podem vivenciar maior dificuldade para articular suas responsabilidades familiares e acadêmicas. Dessa maneira, reconhecer as mães como parte da diversidade do corpo discente significa considerar suas experiências na formulação das ações de assistência e permanência estudantil (Abreu, 2025).

Outro aspecto importante é que o acolhimento não deve ser confundido com a concessão de privilégios ou favorecimentos individuais. Trata-se da construção de condições de equidade, considerando que estudantes diferentes podem apresentar necessidades diferentes para alcançar condições semelhantes de participação

acadêmica. Oferecer mecanismos de apoio às estudantes mães significa reconhecer que a maternidade produz responsabilidades específicas relacionadas ao cuidado e que essas responsabilidades podem interferir na experiência universitária. Dessa forma, políticas institucionais que considerem essas especificidades podem contribuir para reduzir desigualdades e favorecer a permanência dessas estudantes (Cunha; Paiva, 2024).

Nesse processo, as políticas de permanência assumem papel fundamental. Auxílios financeiros, acompanhamento pedagógico, atendimento socioassistencial, apoio psicológico, espaços de acolhimento para crianças e outras medidas institucionais podem atuar de maneira articulada para enfrentar diferentes dimensões das dificuldades vivenciadas pelas estudantes mães. A assistência estudantil, nesse sentido, pode ultrapassar a dimensão exclusivamente financeira e incorporar ações que considerem as condições concretas de vida dos estudantes e suas diferentes necessidades para permanecer e concluir a formação (Figueiredo, 2019).

Assim, os relatos analisados demonstram que o acolhimento das mães universitárias não pode ser reduzido à compreensão ocasional de professores ou colegas diante de uma falta. Ele envolve uma postura institucional de reconhecimento, escuta e construção de respostas às necessidades dessas estudantes. Acolher significa criar condições pedagógicas, materiais, relacionais e institucionais para que a maternidade possa ser vivenciada sem que a estudante seja responsabilizada individualmente por todas as dificuldades decorrentes da conciliação entre cuidado e formação acadêmica. Dessa maneira, o acolhimento passa a constituir uma dimensão das políticas de permanência, contribuindo para que as mães não apenas permaneçam matriculadas, mas tenham condições concretas de participar da vida universitária e concluir sua formação (Pereira; Barroso, 2025; Cunha; Paiva, 2024).

Através das entrevistas realizadas, ficou evidente como a experiência de conciliar maternidade e estudos é atravessada por diferentes desafios, especialmente relacionados à sobrecarga de responsabilidades, à necessidade de uma rede de apoio, às dificuldades financeiras e à ausência de condições institucionais específicas para atender às demandas das estudantes que são mães. As falas das participantes evidenciam que, embora elas tenham estratégias para permanecer no ensino superior, muitas vezes esse processo ocorre à custa de

esforços individuais intensos e da mobilização de familiares e outras pessoas ou instituições de sua rede de apoio.

Nesse sentido, destaca-se como demanda concreta para a assistência estudantil a ampliação de ações voltadas às estudantes mães, com a criação de espaços institucionais de cuidado infantil, maior flexibilidade e suporte diante das demandas relacionadas à maternidade, além do fortalecimento das políticas de permanência. Dessa forma, os relatos demonstram que garantir a permanência dessas estudantes no ensino superior não depende apenas de seu esforço individual, mas também da existência de condições institucionais que reconheçam e respondam às especificidades da maternidade durante a trajetória acadêmica.

CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelas mães acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2026, para sua permanência no ensino superior. A partir do problema de pesquisa, que buscou compreender de que forma as dificuldades enfrentadas no processo de formação profissional afetam a trajetória dessas mulheres e quais estratégias podem ser propostas para promover sua permanência estudantil, foi possível compreender que a conciliação entre maternidade e formação profissional não constitui uma experiência marcada apenas por esforços individuais, mas por condições sociais, econômicas, familiares e institucionais que interferem de forma direta na trajetória acadêmica.

O caminho percorrido durante a pesquisa ajudou a alcançar os objetivos propostos. No primeiro capítulo, procurou-se refletir sobre a maternidade e entender como as relações de gênero participam da construção das experiências das mulheres. A discussão mostrou que a maternidade não pode ser vista apenas como uma condição natural ou individual, mas como uma experiência construída socialmente e atravessada por relações de poder, pela divisão sexual do trabalho e pela responsabilização das mulheres pelo cuidado. Nesse sentido, compreender a maternidade a partir das contribuições de autoras como Joan Scott, Heleieth Saffioti, Elisabeth Badinter, Lucila Scavone, Silvana Maria Bitencourt, Helena Hirata e Danièle Kergoat, entre outras, mostrou que as dificuldades vividas pelas mães acadêmicas estão relacionadas a desigualdades de gênero mais amplas.

A sobrecarga do cuidado, a expectativa de dedicação integral aos filhos e a dificuldade de conciliar diferentes dimensões da vida mostram que a maternidade pode causar impactos concretos na participação das mulheres em espaços de formação e desenvolvimento profissional (Hirata; Kergoat, 2007).

No segundo capítulo, a pesquisa voltou-se para a formação profissional em Serviço Social, buscando compreender seus fundamentos, sua organização e as particularidades do curso na Universidade Estadual de Ponta Grossa. A discussão possibilitou compreender que a formação profissional não se restringe às atividades realizadas em sala de aula, envolvendo também estágio supervisionado, pesquisa, extensão, produção acadêmica e outras experiências que contribuem para a

construção da identidade profissional. A reflexão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social também evidenciou o compromisso da profissão com a defesa de direitos, a justiça social e o enfrentamento das desigualdades.

Ao abordar especificamente o curso de Serviço Social da UEPG e o perfil de seus estudantes, foi possível perceber que, embora as acadêmicas estejam submetidas às mesmas exigências curriculares, suas condições de permanência podem ser diferentes, especialmente quando se considera a maternidade, o trabalho e a disponibilidade de uma rede de apoio. Dessa maneira, o capítulo contribuiu para compreender que as dificuldades enfrentadas pelas mães acadêmicas não estão dissociadas da própria organização da formação profissional, uma vez que as demandas acadêmicas precisam ser conciliadas com as responsabilidades relacionadas ao cuidado e à vida familiar.

O terceiro capítulo permitiu aproximar a discussão teórica da realidade vivenciada pelas quatro participantes da pesquisa. Os relatos das estudantes demonstraram que as dificuldades para conciliar maternidade e formação profissional assumem diferentes formas, destacando-se a sobrecarga de responsabilidades, a falta ou insuficiência de rede de apoio, as dificuldades financeiras, a falta de tempo, as mudanças na rotina acadêmica e profissional e as dificuldades relacionadas às próprias condições institucionais da universidade. As entrevistas também evidenciaram que a presença de uma rede de apoio não significa necessariamente que todas as necessidades sejam atendidas, uma vez que uma das participantes não possuía esse suporte e outra afirmou que, embora contasse com uma rede de apoio, ela não era suficiente para responder às demandas do cotidiano.

As estratégias utilizadas pelas participantes para permanecer no curso revelaram uma constante reorganização da vida cotidiana. O apoio familiar, a escola dos filhos, a divisão das responsabilidades de cuidado, a reorganização das atividades profissionais e pessoais e o acesso à Bolsa Permanência apareceram como recursos importantes para a continuidade dos estudos. Entretanto, os relatos também demonstraram os limites dessas estratégias. A permanência universitária mostrou-se como um processo construído diariamente pelas estudantes, por meio de sucessivas adaptações entre maternidade, trabalho, família e formação profissional.

A reflexão sobre as políticas de permanência estudantil reforçou essa compreensão. Entre as quatro participantes, duas possuíam acesso à Bolsa Permanência, enquanto duas não recebiam o benefício. Para as estudantes contempladas, o auxílio foi considerado importante, chegando a ser apontado como fundamental para a continuidade da graduação. Porém, a pesquisa demonstrou que as políticas existentes não contemplam todas as necessidades das mães acadêmicas, apesar de sua relevância. Além da dimensão financeira, permanecem demandas relacionadas ao cuidado dos filhos, aos horários das atividades acadêmicas, à infraestrutura, ao acolhimento e à participação em estágio, pesquisa e extensão.

Cabe destacar que, durante o período de realização desta pesquisa, em meados de junho de 2026, foi criado na Universidade Estadual de Ponta Grossa um coletivo voltado às mães universitárias, composto por mães acadêmicas e professores da instituição. O surgimento desse coletivo, ocorrido enquanto esta pesquisa estava em processo de elaboração, constitui um movimento importante diante das demandas relacionadas à maternidade no espaço universitário, especialmente por possibilitar a articulação entre as próprias mães e a comunidade acadêmica na busca por maior visibilidade, acolhimento e construção de estratégias para a permanência estudantil. Sua criação também demonstra que as questões identificadas nesta pesquisa não são demandas individuais ou isoladas, mas fazem parte de uma realidade compartilhada por outras mulheres que vivenciam a maternidade durante a formação acadêmica.

A pesquisa permitiu identificar possibilidades de enfrentamento das dificuldades apresentadas pelas participantes. Entre as principais demandas destacaram-se a ampliação das bolsas de permanência, o apoio psicológico, maiores oportunidades de estágio e extensão, o fortalecimento das políticas institucionais voltadas às mães, a melhoria da infraestrutura, a criação de uma cuidoteca e a construção de espaços de acolhimento e diálogo.

Ao retomar o problema de pesquisa, os resultados indicam que as dificuldades enfrentadas no processo de formação profissional afetam diretamente a trajetória das mães acadêmicas principalmente pela sobreposição das responsabilidades de cuidado, das demandas acadêmicas e, em alguns casos, do trabalho e das necessidades financeiras. A maternidade não impede, por si só, a permanência dessas mulheres na universidade, mas as condições em que é

vivenciada podem tornar a trajetória acadêmica mais desafiadora e exigir constante reorganização da vida cotidiana. As entrevistas mostram, ainda, que a permanência não depende exclusivamente da capacidade individual das estudantes, mas também das redes de apoio e das condições oferecidas pela instituição. A pesquisa evidencia uma contradição importante: embora as participantes demonstrem interesse pela formação profissional e atribuam significado à conclusão do curso, suas trajetórias são atravessadas por condições que podem dificultar essa permanência.

Dar visibilidade às experiências das mães acadêmicas significa reconhecer que a universidade precisa estar preparada para acolher estudantes com diferentes condições e necessidades. No caso das mães, isso implica compreender que a maternidade não deve ser tratada como uma responsabilidade exclusivamente individual. Políticas de permanência que considerem suas especificidades podem contribuir para reduzir desigualdades e ampliar as condições de participação e conclusão da formação.

Esta pesquisa permitiu compreender que as mães acadêmicas possuem projetos profissionais e expectativas em relação à sua formação, mas sua realização não depende apenas de dedicação individual. Depende também de uma universidade que reconheça suas experiências, escute suas demandas e construa respostas institucionais capazes de enfrentar as barreiras presentes em suas trajetórias. Dessa forma, maternidade e formação profissional não devem ser compreendidas como experiências incompatíveis, cabendo à universidade contribuir para que essas estudantes possam permanecer, participar e concluir sua formação com qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABREU, Kamila. **Maternidade e universidade: a (re)construção de direitos no espaço acadêmico.** *Revista Intratextos*, v. 16, n. 2, p. 12-22, 2025. DOI: 10.12957/intratextos.2025.94825. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/94825. Acesso em: 7 ago. 2026.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. Acesso em: 11 maio. 2026.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Acesso em: 10 abr. 2026.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. Disponível em: https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/o-segundo-sexo-2.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.

BIDARRA, Zelimar Soares; DOURADO, Ana Lucia. **Intersetorialidade em redes de políticas públicas para consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos: o que aprendemos nesses 30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente?** *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-22, 2020. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.20.2016308.018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/16308. Acesso em: 7 jul. 2026.

BITENCOURT, Silvana Maria; ANDRADE, Cristiane Batista. Dois pesos e duas medidas? **Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública.** *Debate Feminista*, v. 32, n. 64, 2022. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2594-066X2022000200032. Acesso em: 10 abr. 2026

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília, DF: CNE, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/ces0492.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF: CNE, 2002. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/717/resolucao-cne-ces-n-15. Acesso em: 8 jun. 2026

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e dá outras providências.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 14 ago. 2026

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BITENCOURT, Silvana Maria. **A contribuição de teóricas feministas para os estudos de gênero.** *Revista Ártemis*, v. 16, n. 1, p. 178-185, ago./dez. 2013.

BITENCOURT, Silvana Maria. **A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero.** *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 24, n. 47, p. 261-281, jul./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.52780/res.11407.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/0101-6628.079. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/. Acesso em: 6 jun. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: Acesso em: 7 abr. 2026

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ***Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.** Brasília, DF: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ***Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*.** Brasília, DF: CFESS, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília, DF: CFESS, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. ***Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.*** University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007/. Acesso em: 7 abr. 2026.

CUNHA, Ana Cássia Alves; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. **As barreiras à permanência de estudantes mães no ensino superior.** *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1711-1725, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i3.80342. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/80342. Acesso em: 7 jun. 2026.

FIGUEIREDO, Raquel Ferreira de. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG.** 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019.

Disponível em: https://repositorio.unifal-mg.edu.br/handle/123456789/1413. Acesso em: 17 ago. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ***17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.** São Paulo: FBSP, 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Desigualdade de gênero na ciência faz mal à saúde.** Rio de Janeiro, fev. 2025. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2025/02/desigualdade-de-genero-na-ciencia-faz-mal-saude-0. Acesso em: 16 nov. 2026.

GAIO, Andreia; BITENCOURT, Silvana Maria. **Cuidar ou ser cuidada? Os dilemas e os efeitos da maternidade em uma universidade brasileira.** In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 31., 2017, Montevidéu. Anais [...]. Montevidéu: ALAS, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, DF, p. 223-244, 1984.

GRAMMARLY. **Grammarly: AI writing assistant.** [S. l.]: Grammarly, [s. d.]. Disponível em: https://www.grammarly.com/.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/71d16c1d798b476da6e24069f6cba8e5?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777. Acesso em: 20 maio. 2026

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 abr. 2026

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em:

https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/pratica-profissional/textos/iamamoto-o-ss-na-contemporaneidade. Acesso em: 19 ago. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 608-639, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 ago. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/c915dbea42084d6b85fd91d11e16a500?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777. Acesso em: 19 ago. 2026

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ndN8rgZC7mzXdrFL39q7VSC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 jul. 2026.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **O curso de Serviço Social da UEPG em sua trajetória histórica.** *Emancipação*, Ponta Grossa, 2001. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/pt_BR/article/view/26/23. Acesso em: 27 jul. 2026

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. **Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência.** *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, e85943, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/85943. Acesso em: 20 ago. 2026.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino; FARIA, Tereza Cristina de Azevedo Bernardes. **Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 36, p. 1-18, 2019. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0080. Acesso em: 28 set. 2026.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília, DF: CEAD/UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. ***Capitalismo monopolista e Serviço Social*.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/b95444681efe44258d65f4406a405e92?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777. Acesso em: 21 maio. 2026.

PEREIRA, Camila Rafaelle Santiago; BARROSO, Eloísa Pereira. **Maternidade e ensino superior: o papel da universidade e as estratégias de permanência adotadas pelas estudantes-mães da Universidade de Brasília.** *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 56-72, 2025. DOI: 10.51880/ho.v28i3.1545. Disponível em: https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1545. Acesso em: 23 ago. 2026.

PINHEIRO, Luana Simões; TOKARSKI, Carolina Pereira; CORREA, Ranna Mirthes Sousa; BURILLE, Stephanie. Igualdade de gênero. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, DF, n. 30, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12374. Acesso em: 17 nov. 2026.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. **As redes de políticas sociais e a política de educação.** *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n. 2, p. 759-780, 2016. DOI: 10.18764/2178-2865.v20n2p759-780. Disponível em: https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6322. Acesso em: 20 jun. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. ***Gênero, patriarcado, violência*.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em:

https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/17-genero_web.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026

SCAVONE, Lucila. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.** *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001. DOI: 10.1590/S1414-32832001000100004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/. Acesso em: 15 abr. 2026.

SCAVONE, Lucila. ***Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*.** São Paulo: Editora UNESP, 2004. Disponível em: https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571395480,dar-a-vida-e-cuidar-da-vida. Acesso em: 21 abr. 2026.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 21 abr. 2026.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher".** *Ciência & Educação*, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. DOI: 10.1590/1516-73132014000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/. Acesso em: 10 ago. 2026.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; SOUZA, Cristiano Guedes de. **Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-480, 2020. DOI: 10.1590/1982-02592020v23n3p470. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document?vid=aade6d75-9a57-4939-8dfb-df006ba8b575. Acesso em: 10 ago. 2026

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. **Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. DOI:

10.1590/0034-761220220034. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/. Acesso em: 7 ago. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Resolução CEPE nº 2021.24, de 26 de outubro de 2021. Aprova novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.** Ponta Grossa: UEPG, 2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social: currículo 7.** Ponta Grossa: UEPG, 2022.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado.** *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013. DOI: 10.1590/S1414-40772013000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/VmmLwb3h8zbnsKVnJRJKqDz/. Acesso em: 13 ago. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 125-141. Disponível em: http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1__O_significado_socio-historico_da_profissao.pdf. Acesso em: 17 nov. 2026.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro de entrevista para Trabalho de Conclusão de Curso

1. Identificação do participante
- Nome da participante:
- Idade da participante:
- Quantos filhos você tem? Qual a idade deles?:
2. Por qual motivo você escolheu o curso de Serviço Social?
3. Você possui rede de apoio?
4. Que dificuldades você enfrenta ao conciliar a vida universitária e a maternidade?
5. De que forma você supera as dificuldades citadas na pergunta anterior?
6. Você tem acesso às Políticas de Permanência Estudantil (Casa do Estudante, Isenção/desconto no Restaurante Universitário, Bolsa de permanência, Bolsa de Estudo)? Se tem, explique como isso contribui para sua permanência na universidade
7. Em sua opinião, que ações podem ser realizadas para enfrentar as dificuldades enfrentadas?
8. Espaço aberto para comentários e sugestões

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: **Maternidade e permanência no ensino superior: desafios enfrentados por acadêmicas do curso de Serviço Social**

Pesquisador Responsável: **Isabela Lima Alves**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é compreender os desafios enfrentados por acadêmicas do curso de Serviço Social que são mães, especialmente em relação à permanência no ensino superior. A pesquisa se justifica pela importância de dar visibilidade às dificuldades vivenciadas por essas estudantes, contribuindo para a reflexão e fortalecimento de políticas de permanência estudantil mais inclusivas.

Se a Sra. aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: será realizada uma entrevista semiestruturada, com perguntas sobre sua trajetória acadêmica, maternidade, dificuldades enfrentadas, rede de apoio e acesso a políticas de permanência estudantil, com duração média de 30 minutos, realizada presencialmente em local previamente combinado entre a pesquisadora e a participante.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são de ordem emocional, podendo gerar desconforto ao relatar experiências pessoais, sendo garantido o direito de interromper ou encerrar a participação a qualquer momento, além do risco mínimo de quebra de sigilo, sendo assegurada a confidencialidade das informações. Também, será utilizado códigos numéricos para identificação das participantes, evitando a possibilidade de reconhecimento das mesmas.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são a contribuição para o aumento do conhecimento sobre maternidade e permanência no ensino superior, podendo auxiliar na reflexão e no desenvolvimento de políticas de permanência estudantil mais inclusivas, beneficiando futuras estudantes.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Sra. decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo institucional ou avaliação acadêmica.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e a Sra. não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com a Sra., resultante de sua participação na pesquisa, a Sra. receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Serviço Social e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

É assegurado o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que a Sra. queira saber antes, durante e depois da sua participação, não havendo necessidade de acompanhamento posterior ao encerramento da

pesquisa, considerando a natureza da mesma.

Caso a Sra. tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Isabela Lima Alves, pelo telefone (42) 99838-9204 ou pelo e-mail 23002665@uepg.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizado na Av. Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Bloco da Reitoria, Sala 13, Campus Uvaranas, CEP 84030-900, Ponta Grossa - PR, pelo e-mail cep105@uepg.br, telefone/WhatsApp (42) 2102-8970, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma da Sra. e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: “Maternidade e permanência no ensino superior: desafios enfrentados por acadêmicas do curso de Serviço Social”

_____ Nome da participante _____ Assinatura da participante	Data: _____/_____/_____

Pesquisadora:

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: _____/_____/_____

ANEXO A - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

| 1º Ano | | |

ANEXO B - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Maternidade e vida acadêmica: reflexões a partir do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pesquisador: Jussara Ayres Bourguignon

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97262226.4.0000.0105

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.461.869

Apresentação do Projeto:

O ingresso e a permanência de mulheres no ensino superior representam avanços significativos na busca por igualdade de oportunidades. Contudo, para muitas delas, especialmente as que são mães, essa conquista vem acompanhada de uma carga emocional, física e social extremamente pesada. A conciliação entre os estudos, o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico e muitas vezes acumulado com o emprego formal, gera uma sobrecarga que ultrapassa os limites da exaustão. A sociedade ainda reproduz a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade feminina, tornando o

papel materno uma exigência constante, mesmo dentro da universidade. A mulher é incentivada a estudar e se profissionalizar, mas sem receber o suporte necessário para lidar com as múltiplas jornadas impostas. O resultado é um cotidiano marcado pelo cansaço, pela culpa e pela solidão, fatores que contribuem para o adoecimento emocional e a evasão universitária. A presente pesquisa propõe refletir sobre o peso de ser mãe

acadêmica, analisando como o machismo estrutural, a falta de políticas institucionais de apoio e as condições socioeconômicas interferem na trajetória dessas mulheres. A partir do olhar do Serviço Social, busca-se compreender o fenômeno de forma

crítica e propor caminhos para fortalecer a permanência e o bem-estar dessas estudantes.

O presente projeto tem como objetivo analisar as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelas mães acadêmicas do curso superior de Serviço Social da Universidade

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** cep105@uepg.br

Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2026, para a sua permanência no
ensino superior. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. O estudo será desenvolvido por meio de
pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi estruturadas com mães universitárias, visando compreender suas experiências do
cotidiano e seus impactos nessa jornada. As análises serão desenvolvidas a partir do recurso metodológico de análise de conteúdo. Como resultado, se espera que os resultados contribuam para a reflexão do papel da universidade em espaços mais inclusivos e acolhedores para as mães universitárias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as principais dificuldades e os desafios enfrentados pelas mães acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2026, para a sua permanência no ensino superior.

Objetivo Secundário:

Refletir sobre a maternidade a partir das contribuições de autoras contemporâneas. Compreender como a questão de gênero se faz presente nas condições da formação profissional de mulheres acadêmicas. Verificar os principais fatores que geram
sobrecarga nas mães acadêmicas no contexto de formação profissional.
Apresentar o papel das políticas de permanência e de apoio institucional
para mães universitárias;
Identificar a partir do relato de mães acadêmicas suas experiências e dificuldades no processo de formação profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos podem ser: Abordagem de temas sensíveis que envolvam a maternidade e identificação da participante da pesquisa. Para minorar esses
riscos serão utilizados os seguintes cuidados e estratégias: A identidade das participantes da pesquisa será preservada através de códigos de identificação numéricos e as questões de ordem emocional serão tratadas só com autorização expressa da participante de pesquisa mediante o uso

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG

do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Benefícios:

O trabalho poderá contribuir para que o colegiado do curso do Serviço Social tenha elementos para acompanhar acadêmicas mães e que precisam de orientação, acolhimento e encaminhamento para a PRAE. Também, a produção de TCC contribuirá para
a formação profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: devidamente preenchida e assinada

TCLE: Adequado.

Questionários: adequados do ponto de vista ético.

Recomendações:

Verificar prazos futuros para o envio do relatório final

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2772577.pdf	06/05/2026 18:14:56		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TCC_ATUAL.pdf	06/05/2026 18:12:57	ISABELA LIMA ALVES	Aceito
Declaração de concordância	Despacho_colegiado.pdf	06/04/2026 11:05:50	ISABELA LIMA ALVES	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	06/04/2026 11:05:13	ISABELA LIMA ALVES	Aceito

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG

Continuação do Parecer: 8.461.869

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TCC.pdf	06/04/2026 11:04:39	ISABELA LIMA ALVES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	06/04/2026 11:01:29	ISABELA LIMA ALVES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PONTA GROSSA, 26 de Maio de 2026

Assinado por:
Maria Marta Loddi
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** cep105@uepg.br

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

ANEXO III do Regulamento de TCC do Curso de Serviço Social.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Departamento de Serviço Social
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicadas fonte e página (se apenas utilizada a idéia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 08 de setembro de 2026.

Nome do acadêmico(a)

Isabela Toima Lima

R.A: 23002665